



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC XII
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

JARBAS VIEIRA DA SILVA

**DE OLHOS ABERTOS LHE DIREI:
AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE SEMENTES CRIOLAS
DESENVOLVIDO PELO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO
MUNICÍPIO DE PINDAÍ - BAHIA**

**GUANAMBI – BA
2012**

JARBAS VIEIRA DA SILVA

**DE OLHOS ABERTOS LHE DIREI:
AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE SEMENTES CRIOULAS
DESENVOLVIDO PELO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO
MUNICÍPIO DE PINDAÍ - BAHIA**

Monografia apresentada na Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus XII, ao Curso Bacharelado em Administração, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Esp. Marcelo Neves

Professor de TCC: M. Sc. Carlos F. F. Leite

**GUANAMBI – BA
2012**

A ficha catalográfica está sendo construída pela Biblioteca da UNEB

JARBAS VIEIRA DA SILVA

**DE OLHOS ABERTOS LHE DIREI:
AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE SEMENTES CRIOULAS
DESENVOLVIDO PELO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS NO
MUNICÍPIO DE PINDAÍ - BAHIA**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, Campus XII como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração. Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Marcelo Neves Costa (orientador)

Especialização em Gestão de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Federal de Lavras

Prof. Euclides Santos Bittencourt

Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Carlos Fernando Faria Leite

Mestrado em Administração

Dedico este trabalho primeiramente à Vidélice, Joaquim, Virginia e Jairo que são meus familiares e fizeram parte da minha formação humana e no segundo momento, mas não menos importante, ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras que sofrem na pele a dor da opressão; A juventude negra brasileira que sofre cotidianamente e tem sido exterminada pela polícia racista e classista existente neste país; As mulheres que são submetidas a condições desumanas de vida devido ao sistema patriarcal e aos sujeitos que estão organizados nos movimentos sociais que visam uma nova sociedade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a todos os pais e mães das pessoas que fizeram e fazem parte da minha vida e que contribuíram (apenas de forma positiva, pois algumas tenho como referência e outras apenas como não ser quando crescer) para que Jarbas torna-se a pessoa que é atualmente.

Mas vamos realizar um “passeio” na vida de Jarbas para poder compreender quem é este menino, começando pelo seu nascimento cidade de Itapecerica da Serra no bairro Parque Paraíso, onde Videlice e Joaquim foram e são fundamentais para a criação com os valores que tenho atualmente, mesmo com todas as surras que levei quando criança (que não foram poucas) jamais guardarei algum ressentimento dessas duas pessoas que tanto amo, muito obrigado por serem o que é.

Nesse processo de criação de filhos, surge também meus irmão Jairo e Virginia (só que vieram ao mundo primeiro que eu..rs.rs.rs), um me batendo quando mais novo acredito que deva ter ocorrido devido a tal da hierarquia entre irmão (não entendo muito isso não – obvio né? se sou mais novo!), e que mudou no processo de crescimento e amadurecimento, tanto que atualmente residimos (só nós dois) numa casa de “estudante” – só precisa dar uma mudadinha né? diminuir a “turação”.

E Virginia que quando criança me chantageava demais não era isso, irmã? E assim como o outro, também, transformou a visão e comportamento perante o irmão mais novo. Ela só precisa saber um “tiquim” o que quer da própria vida, mas entendo que irá encontrar e ter um futuro que garantirá e responderá as suas angustias.

Na rua Michigan, onde me criei vivenciando algumas maravilhas da vida, principalmente quando criança, e que posterior não foi tão maravilhoso assim – desagradados de toda periferia. Mas que as maravilhas foram possibilitadas pelas pessoas como a “Gê”, o “Zé da Gê” (que por coincidência são marido e mulher) e que participaram do meu processo de formação e viram as surras que levei quando criança. E tem dois filhos maravilhosos que são o Júnior Vugo “cabeça” e o Matheus que vimos crescer um pouquinho, mas que devido a mudança de estado não

podemos acompanhar a etapa de criança a adolescente, mas sei que serão dois homens bons.

Tiveram ainda nesse processo os meninos e meninas que faziam as coisas boas que ficaram – as molequeiras realizadas com o “Loirim do Topete”, o primo dele o “Carneiro”, o “Sidão” que chegou depois em nossas vidas, os meninos que faziam parte dos “farofas”, os “armanada” que fazia parte da organização da juventude adolescente.

Houveram os que fizeram parte da parte da organização dentro da escola que são: o “China” com a sua esperteza toda, os dois “Samuel”, as meninas que foram as namoradinhas do colégio.

Essas foram as pessoas que fizeram (pelo menos que eu lembre nesse momento – vou explicar o porque da correria mais na frente – vide CP) parte da minha vida quando reside no Estado de São Paulo.

No ano de 2005 viemos morar no estado da Bahia, momento este que fora fundamental para a concepção de vida do que quero para a sociedade brasileira e conseqüentemente Jarbas. Primeiramente aos familiares que não conhecia, que me acolheram de forma admirável, amigos que fiz na cidade de Itambé como o “Jack”, sujeito que juntamente compreendeu a necessidade de entrar na universidade pública e que infelizmente (devido ao atual modelo seletivo de acesso as universidades públicas) não conseguiu ter acesso ao bem que é sustentado também por ele.

E o acesso que na universidade pública me proporcionou várias oportunidades de conhecer e conviver com pessoas maravilhosas e outras nem tanto assim. Logo de primeiro dia conheci “Souzinha” que me dera uma carona na clandestinidade e que essa amizade por esses dias. Assim como outras pessoas que foram da turma de 2007.1, como Álex o Leão parceiro que largou o curso e fora estudar em SP; nessa mesma turma teve Isa (de quê?) mocinha que acompanhou várias festas e conseguiu curtir uma parte que a universidade proporciona para as pessoas.

Nesse mesmo “bolinho” de pessoas que se formam nas salas havia T. Kellyson, que num primeiro momento não deixava de se fazer presente nas quintas/sextas-feiras

no velho e bom boteco, mas sempre que se encontrava namorando sumia e some, estou mentindo Thiago?

Teve ainda os meninos que fizeram parte do G5, que concluíram o curso, Julio com sua malemolência de não se preocupar muito com os stress que a universidade faz os estudantes passarem – mas você já tinha uma certa experiência com universidades, afinal foram três!

No G5 teve também Leomar, mais experiente, que já havia cursado pedagogia, então não havia tanta preocupação quanto os estudantes marinhaeiros de primeira viagem, mas que contribuiu no período em que passamos pela universidade.

Alberto vulgo “Betão”, que começou todo tímido e que tem uma história de vida – processos familiares para o ingresso na universidade – fantástica, tentou abandonar o curso mais com muita resistência e persistência continua por lá – mas também a UNEB Campus XII não é fácil, principalmente no curso de administração naquele período, não que atualmente esteja tão diferente – valeu betão pelas viagens e conversar de bar com Álex e Ricardo sobre o buraco negro e toda a física quântica..rs.rs.

Não podia me esquecer do estagiário, o famoso Ricardo “Mufino”, nas saídas para beber aos sábados colocava sempre as questões mais simples que fritavam as nossas cabeças e maravilha que diminuiu na quantidade de bebida alcoólica que ingeria – mas deu trabalho esse menino!

Essas foram as pessoas em que mais me relacionei durante os primeiros semestres dentro da universidade, Alex o Leão e Ricardo Mufino eram sempre os camaradas que nas festas de Educação Física no campus estavam sempre juntos.

Nessas festas tive a oportunidade de conhecer a EXQUADRILHA da fumaça, a turma que organizava os espaços de “entretenimento” diferente dos que existiam, quer dizer não existiam espaços construídos pelos próprios estudantes nesse sentido. Mayron com seu pouco tamanho e que não dava muita ousadia para “calouros”, mas que no período da ocupação os laços de companheirismo foram estreitados – e que capacidade de indignação!; Robert com sua baianidade nagô que sempre se disponibilizava para conversar e conhecer os meninos novos e

principalmente as meninas novas; Zé Vitor com sua vontade de fazer as coisas e seu espírito de transformação e que tem se encostado-se ao Levante Popular da Juventude; Daniel que tive pouco contato, mas que as referencias que escuto dele são boas, principalmente por ter feito parte da construção do Grupo de Estudos Educação e Marxismo (GEEM).

Dessa galera da Educação Física, tive contato com um camarada – infelizmente não teve como ser na graduação – que é a referencia da militância para nós que viemos posterior no campus XII, com seu cinismo e sacarmos simples, mas que deixa qualquer reacionário doido da cabeça, e que mesmo sem saber ou sabendo contribuiu para a nossa formação, esse sujeito se chama João Narciso, companheiro que estará na mesma trincheira lutando contra toda forma de opressão existente nessa sociedade desumana.

Depois de ter conhecido esse povo todo lindo cheio de mística e capaz de aglutinar outras ao seu redor, e como existem os problemas estruturais da educação e a UNEB não seria diferente, no ano de 2009 fora o período em que me aproximei de pessoas ESTROGONOGICAMENTE INOXIDAVÉIS: Gabriel, que posterior viera a ter o apelido carinhoso de “Pikachu”, que forneceu a primeira carona, de tantas outras no dia 2 de fevereiro, e que até hoje frequenta o recanto dos vieira – sei que os livros que compraram não ficarão guardados no guarda roupas (seja você lendo ou você doando..rs.rs), valeu pelo empréstimo permanente do livro identidade e luta de classes.

Nessa mesma carona estava presente o companheiro/irmão/amor/camarada que está e sei que estará ao meu lado sempre nessa vida que é o menino de brejinho das ametistas como diria Laiza, simples, singelo que tem a melhor risada (ou gargalhada) que já escutei na vida e suas expressões corporais quando acontece algo que o deixa muito feliz, tem ainda a maneirinha sutil em alguns momentos, sei que esse é um Lutador do Povo em sua aparência e essência e que será protagonista, também, na tomada do poder da classe trabalhadora no Brasil – Te Amo Beninho.

Chegamos ao processo da ocupação da UNEB onde pude a partir do dia 16 de março ter o primeiro contato com Paulo Vinicius e Darléa Darlene (que não é

Bittencourt), o primeiro desde então não saiu mais da minha vida e também não faço questão alguma que saia, pois com toda a sua capacidade de companheirismo e cuidado com o outro e a outra fez com que Jarbas mudasse o comportamento diante de várias questões e que assim foi fundamental para o processo da tomada de consciência desse sujeito – Te Amo Vini.

Darléa “Bittencourt” a mineirinha com sua voz maravilhosa e sua vontade de lascar logo com tudo e todos, também foi importantíssima para a minha formação nesse processo dentro da ocupação onde passamos 73 dias, nos olhando e nos cheirando com todos ali presente, essa mineirinha quase também não tem um cinismo internalizado.

Dentro desse processo também tive contato com mais algumas pessoas como Maiaia, que quase não falava devagar, hoje está bem melhor né? Mocinha que tem o coração do tamanho da galáxia universal e uma capacidade de compreensão e análise das coisas fantástica que eu nunca vi na vida, obrigado pelos momentos em que passamos e que ainda iremos passar juntos – Te Amo Prê.

O “Doidim do Pão” como foi apelidado durante o processo da ocupação e que se forjou enquanto uma das referências para a militância, com sua alegria contagiante (tomara que não deixe se perder essa mística que tu tem – ela que faz com que as pessoas se aproximem de nós) e disponibilidade para se colocar para cumprir as tarefas que estavam colocadas naquele momento – Te Amo Jeffirson (Bob Jeff).

Teve ainda a Diamantino que tinha um medo de Jarbas e acreditava (e talvez ainda pensa..rs.rs) que o mesmo era doido demais, mas que foi se aproximando durante os períodos posteriores e que tem contribuído muito com a construção do projeto popular, além de ser muito desconfiada (deve ser porque internalizou demais a parte do poema do Bertold), não se preocupe Cleide você conquistou um pedaço dentro do meu coração também.

Lane que fica só observando, poucas palavras, mas que nas análises quase nunca erra, mais escuta do que fala, mas que consegue enxergar as atitudes certas e erradas dos companheiros que estão na mesma trincheira, capacidade de prevê o futuro tremendo né não Bran? Só peço que não saia da minha vida – Te Amo Bran.

Eu acredito que tu estava pensando que eu ia esquecer-se de você né, Dete? Ops... o nome é Laiza! Pessoa esquecidinha das coisas, que tem um amorzão por nós e que também tenho por ti, sem deixar de esquecer-me de mencionar o papel que tu tem mulher para o avanço da consciência da comunidade surda, só não deixe de construir essa luta que é sua/nossa onde cada um tem uma tarefinha, e veja se muda esse perfume (rs.rs.rs).

Teve a companheira Emanuella que esteve comigo (não que neste momento não a esteja) num período muito bom, mas que devido aos caminhos que a vida nos coloca para escolhermos tivemos que seguir caminhos diferentes. Pessoa admirável que está hoje comprometida com a educação básica no oeste baiano – obrigado pelos momentos, bons e ruins, em que passamos juntos.

Nesse momento conheci algumas peças raras que vieram na turma de 2009.1, que são Edinho “Boca”, Jairo (meu irmão) “Zeé”, David e Edmarcos “Mestre”, Dimas e Ricardo esses meninos juntos só “Deus” na causa. Boca com seu desprendimento, Zeé com sua “arrogância”, Deivid com sua serenidade e o mestre com sua “doidice” boa (rs.rs.rs).

Não podemos esquecer-nos dos companheiros e companheiras que nos acolheu no V EIVI – Pacotinho, Rafa, Obede, Amandinha, Estrela e os outros lutadores e lutadoras do povo, onde pude ter o contato com o Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST).

Em julho de 2011, tive juntamente com Maia, Lane, Laiza e Beni o contato com o partido político Consulta Popular através do Mario, que naquele momento chegará na correria e saiu também da mesma forma que chegou (rs.rs.rs), mas que tem contribuído de acordo as possibilidades que as tarefas da militância o coloca dia-a-dia. Só está faltando lançar esse CD ai mano!

Dentro desse partido estive/estou tendo contato com pessoas que são exemplos pedagógicos para a nova sociedade que estamos construindo cotidianamente: primeiramente com os companheiros e companheiras de vitória da conquista Clarinha, Magu, Iza e Xandinho do forró, além de posteriormente Guilherme. Cada

pessoa dessa cidade se completa e que tem uma mística maravilhosa quando estou com essas pessoas.

Não posso deixar de mencionar uma companheira que reside “pertinho” da Bahia, na cidade de Erexim, onde pude passar momentos bons com Rafaela, apesar de ter sido poucos dias, mas que sei pela vivência com a mesma que tem um coração e disponibilidade do tamanho da nossa vontade de transformar essa sociedade.

Tive ainda um irmão/camarada/companheiro, não que os outros não sejam, mas a relação que tem sido construída com o Magno acredito que seja pelo mesmo período de contato com o instrumento político, tem sido diferente, ele só precisa diminuir a quantidade de bebida alcoólica ingerida – diminua irmão! Nessa relação de companheirismo ainda encontrei o irmão do irmão, Marco (“o companheiro de Itabuna” rs.rs.rs) que tem uma disciplina maravilhosa e nesse processo de “conhecer” a cidade quase litorânea apareceu Delliana (não, não é a margarina! rs.rs.rs) com sua risada quase comparada a do Beni, e que é tanto quanto muito boa de se escutar, além da disponibilidade para se fazer as coisas e não podendo esquecer a explicação astrológica que a mesma faz sobre os leoninos e a relação com você.

Aos companheiros que estão mais próximos, nas conversas e ligações sobre as questões da vida como o Pacotinho vulgo “Hugo”, que por si só já é todo místico, com uma paciência histórica pedagógica para a compreensão do sujeito enquanto tal e ao mesmo tempo não pode ficar muito tempo longe do lutador chamado Leno, não se pode enxergar um sem o outro...Ah, ainda tem o Frodo, esses meninos fazem parte da tropa de CISO.

Maíra Guedes com seu “carinho” na hora de tratar algumas questões (rs.rs.rs). Nossa.... Ellen com sua transformação maravilhosa (hoje está quase dançando arrocha) do momento em que estive com ela e se falar da Ellen não pode deixar de esquecer do Gabriel “Humildes” com toda a sua “gastação” (rs.rs.rs) mas que dar conta de suas tarefas. E o lindo e a linda? (Thays/Bruno, Bruno/Thays) Compreensivos e extremamente pedagógicos com os companheiros e impregnados de valores místicos.

Como deixar de mencionar os meninos da FEAB? Que são carregados de valores revolucionários e que tem pautado o enfrentamento ao modelo do agronegócio brasileiro, que são: Santiago, acredito que a única pessoa no mundo que teve a parte do olho (literalmente do olho) rasgada com uma faca (rs.rs.rs.rs) e Belau (rs.rs.rs.rs.rs) já está sem graça as piadas com o nome do companheiro.

A galera do Levante Popular da Juventude que tem se colocado para a transformação da sociedade, enxergando as dificuldades da juventude e do povo brasileiro, mas que querem mudá-la. Aos meninos e meninas que tem aparecido em minha vida nesses últimos períodos como Fernanda, Aninha, Tulio, Flávia, Marlene, Rafaela, Leidiane, Dayse, Jayne, Higor, Tamires, Sirlane e Karolyne, essas que se colocam para a construção do projeto popular e que precisam manter a unidade, pois como Jayne mesmo colocou por ai esses dias: “nunca duvide que um grupo pequeno e engajado de pessoas possa mudar o mundo” algo assim. E Karol por estar ao lado de Jarbas nesse momento, compreendendo a vida que o mesmo possui e por também ter feito algumas contribuições nessa construção. Marlene fundamental para a pesquisa desse trabalho valeu Marlene!

Ao professor Marcelo Neves que nos últimos períodos dentro da universidade e fora dela tem se aproximado e, que contribuiu dentro de suas limitações de tempo com a orientação deste trabalho, além de ter assumido construir lado a lado, o Grupo de Estudos e Atividades em Áreas de Reforma Agrária (GEAARA) – só precisa arrumar um tempinho a mais, não para o GEAARA, mas para outras coisas também.

Ao professor do componente curricular (Fernando Leite), por ter compreendido as ausências que foram necessárias nas aulas, por entender que a vida do Jarbas também é a construção desta monografia.

Ao professor Euclides, por enxergar a necessidade de algo diferente dentro da universidade e por conseqüência na sociedade, peço-lhe que não se esqueça do período de sua vida que tanta se orgulha (assim como eu) o momento da petroquímica – utilize a greve como uma forma de não cometer os mesmos equívocos daquele momento, se apropriar da ADUNEB junto com Marcelo.

Aos movimentos sociais do campo do projeto popular Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que tive mais contato nesses últimos ano e principalmente a comunidade Pedra Grande onde o MMC está presente e abriu as portas para a construção dessa monografia.

Que acham se delirarmos
Por um tempinho?
Que acham se fixarmos nossos olhos, mais além da infâmia
Para imaginar outro mundo possível?

A TV deixará de ser o membro mais importante da família
E será tratado como o ferro de passar ou a máquina de lavar roupa

Será incorporado aos códigos penais, o que crime da estupidez
Para aqueles que a cometem
Por viver para ter ou para ganhar,
Ao invés de viver para viver simplesmente.

Ninguém viverá para trabalhar
Mas todos nós trabalharemos para viver

A comida não será uma mercadoria,
Nem a comunicação um negócio
Porque a comida e a comunicação são direitos humanos
Ninguém morrerá de fome,
Porque ninguém morrerá de indigestão
As crianças de rua
Não serão tratadas como se fosse lixo,
Porque não existirão crianças de rua

A educação não será privilégio, daqueles que possam pagar,
A justiça e a liberdade IRMÃS SIAMESAS, condenadas a viver separadas
Novamente juntas de volta
Bem grudadinhas, costas com costas

Na argentina,
As loucas da praça de maio serão um exemplo de saúde mental
Porque elas se negaram a esquecer
Nos tempos de amnésia obrigatória

Os desesperados serão esperados
E os perdidos serão encontrados
Porque eles são os que se desesperaram
De muito, muito esperar e eles se perderam
De muito, muito procurar

Seremos patriotas e contemporâneos
De todos os que tenham
Vontade de beleza e vontade de justiça
Tenham nascido quando tenham nascido e
Tenham vivido onde tenham vivido,
Sem que importem nenhum pouquinho
As fronteiras do mapa e do tempo

Seremos imperfeitos,
Porque a perfeição continuará sendo
O chato privilégio dos Deuses, mas neste mundo,
Neste mundo trapalhão e fudido, seremos capazes
De viver cada dia
Como se fosse o primeiro e cada noite como se fosse a última.

EDUARDO GALEANO

RESUMO

Tem-se como problema a ser investigado no presente estudo, as contribuições do projeto de sementes crioulas, realizado pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na comunidade Pedra Grande no município de Pindaí, Bahia. Tendo como objetivo central identificar e compreender a problemática. Assim, iremos identificar a centralidade do trabalho para o desenvolvimento do campo e da cidade e, por conseguinte a sociedade em sua totalidade, e a oposição existente entre rural e urbano. Outro ponto a ser investigado são os dois projetos de desenvolvimento agrícola que estão em disputa na sociedade brasileira – Gestão do Agronegócio e Agroecologia. Identificar o surgimento dos movimentos sociais no Brasil (prioritariamente no campo) e a necessidade do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Inferir sobre as contribuições econômicas e sociais do projeto de sementes crioulas realizado pelo Movimento de Mulheres Camponesas, na comunidade de Pedra Grande municípios de Pindaí, Bahia. Dessa forma, o estudo pauta-se na dialética enquanto método científico, sendo a pesquisa de caráter exploratório e explicativa, apoiando-se em uma revisão bibliográfica. Assim, os dados foram coletados a partir de observação simples e entrevista semi-estruturada com alguns moradores da comunidade Pedra Grande. Utilizamos a análise de discurso para poder compreender e interpretar o discurso dos entrevistados sobre as contribuições existentes do projeto de sementes crioulas na comunidade que contribui para uma visão mais ampla e complexa, que se caracteriza com o aspecto dialético. Assim, afirmamos a necessidade de um desenvolvimento para o campo brasileiro que não seja pautado no agronegócio, tendo em vista que o mesmo não contribuiu para o desenvolvimento do conjunto dos camponeses e por consequência a população brasileira, e assim contribuirá com o modelo agrícola antagônico ao que está posto no país.

Palavras-chave: Agroecologia; Gestão do Agronegócio; Movimentos Sociais; Sementes Crioulas.

ABSTRACT

It has been the problem to be investigated in the present study, the contributions of native seeds project, conducted by the Movement of Rural Women (MMC) in the community in the town of Big Stone Pindaí, Bahia. Taking as its central objective to identify and understand the problem. Thus, we will identify the centrality of work to the development of the countryside and the city, and therefore society as a whole, and the opposition between rural and urban. Another point to be investigated are the two agricultural development projects that are in dispute in Brazilian society - Agribusiness Management and Agroecology. Identify the emergence of social movements in Brazil (mainly in the field) and the need of the Movement of Rural Women (MMC). Inferences about the economic and social contributions of native seeds project conducted by the Movement of Rural Women in the community of Big Stone counties of Pindaí, Bahia. Thus, the study is guided in the dialectic method while scientific research is exploratory and explanatory, relying on a literature review. Thus, data were collected from simple observation and semi-structured interviews with some community residents Pedra Grande. We use discourse analysis to understand and interpret the interviewees about the contributions of the existing design of native seeds in the community that contributes to a broader and more complex, which is characterized with the dialectical aspect. Thus, we affirm the need for the development of a field that is not lined Brazilian agribusiness, considering that it did not contribute to the development of all the farmers and hence the Brazilian population, and thus contribute to the agricultural model antagonistic to which is put into the country.

Keywords: Agroecology; Agribusiness Management, Social Movements; Creole seeds.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
1.1 Problema.....	21
1.2 Objetivos	22
1.2.1 Objetivo Geral	22
1.2.2 Objetivos Específicos	22
1.3 Justificativa.....	23
2 ...INICIANDO O JÁ INICIADO	25
2.1 A Ontologia do Ser Social – O Trabalho	26
2.2 Divisão Sexual do Trabalho.....	29
2.3 As Formas em que a Sociedade se Organizou até a que se Organiza.....	33
2.4 A Formação Econômica e Social: a Realidade Brasileira.....	37
2.5 A Constituição dos Movimentos Sociais e o Movimento das Mulheres Camponesas – M.M.C.....	44
3. GESTÃO DO AGRONEGÓCIO Vs AGROECOLOGIA	47
3.1 Aspectos da Constituição do Agronegócio	47
3.2 A Gestão do Agronegócio no Brasil	49
3.3 Agricultura Familiar Sustentável nos Moldes da Agroecologia.....	51
3.4 Revolução Verde Abra os Olhos!	53
4. METODOLOGIA – “Ocupar, Resistir E Produzir”	59
4.1 Caracterização da Pesquisa.....	60
4.2 Unidade de Análise e Observação / População e Amostra.....	61
4.3 Técnicas de Coleta de Dados	62
4.4 Estratégia de Análise e Tratamento dos Dados	63
5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	65
5.1 Delineando a Análise dos Dados	65
5.2 Análise e Discussão das Entrevistas – Pedra Grande	65
5.2.1 Comunidade Pedra Grande.....	65
5.2.2 A Centralidade do Trabalho para o Campo e Cidade.....	66
5.2.3 A Gestão do Agronegócio e Agroecologia – Agricultura Familiar/Sustentável ..	67
5.2.4 Os Movimentos Sociais no Brasil e a Necessidade do Movimento de Mulheres Camponesas Em Pindaí.....	70
5.2.5 As Contribuições do Projeto de Sementes Crioulas.....	72
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE A	83
APÊNDICE B	84
ANEXO I	85

1. INTRODUÇÃO

No cenário da atualidade, existem alguns debates acerca dos modelos de desenvolvimento agrícola. Modelos esses, que são utilizados por vários países, como por exemplo, o Brasil, pois neste, encontra-se uma agricultura voltada para a exportação dos produtos agrícolas. Vale lembrar, que essa propensão tem surgido concomitantemente com o desenvolvimento tecnológico mundial. As máquinas tem se desenvolvido e reduzido a quantidade de trabalhadores, a genética tem avançado cada vez mais (porém não sabemos os efeitos que isso pode causar) e por consequência a biotecnologia.

E no campo não tem sido diferente, as máquinas estão cada vez mais presentes, bem como o avanço da biotecnologia para a produção de sementes. Essas duas realidades são características do agronegócio – modelo de desenvolvimento agrícola antagônico a agricultura familiar – que tem recebido nas últimas décadas financiamentos exorbitantes. Simultâneo ao desenvolvimento da gestão do agronegócio, as questões ambientais, a saúde humana e a segurança e soberania alimentar, tem sido afetadas drasticamente, e tais acontecimentos vêm sendo causados pelo modelo de desenvolvimento agrícola.

Nesse contexto o Brasil, em decorrência de seu papel na divisão internacional do trabalho, contribui com a exportação de alimentos e *commodities* para os países do Hemisfério Norte. E com isso, a agricultura familiar e a população brasileira são deixadas em segundo plano, visto que, os mesmos ficam expostos direta e indiretamente aos danos causados pelo desenvolvimento agrícola, que é baseado no agronegócio.

E para o enfrentamento a este modelo de desenvolvimento existem os movimentos sociais do campo que defendem o plano camponês, a soberania alimentar, a reforma agrária, a libertação camponesa e o projeto popular para o Brasil. Esses que são frontalmente antagônicos ao modelo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil pautado pelo agronegócio. Dentre os movimentos sociais que defendem o projeto popular para o Brasil, existe o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC),

que trabalha com as questões da libertação camponesa através de artesanato e produção de sementes crioulas. A partir desses pressupostos tem-se como problema a ser investigado quais as contribuições do Projeto de Sementes Crioulas, desenvolvido pelo Movimento de Mulheres Camponesas, no município de Pindaí/Bahia; tendo por objetivo central a identificação dessa problemática.

Para alcançarmos o objetivo central, utilizaremos como método de investigação, o Materialismo Histórico Dialético, buscando assim uma compreensão das contribuições do Projeto de Sementes Crioulas na comunidade de Pedra Grande, situada no supracitado município. Para tal, fizemos uso de entrevistas semi-estruturadas com moradores da comunidade além da observação simples para a coleta de dados.

No intuito de se obter o resultado esperado, partimos de uma revisão de literatura, que perpassou pela análise sobre a centralidade do trabalho para o desenvolvimento e dicotomia entre campo e cidade; a divisão sexual do trabalho; a formação econômica e social brasileira; a gestão do agronegócio Vs Agroecologia; o surgimento e a necessidade dos movimentos sociais e por fim, as contribuições do Projeto de Sementes Crioulas na comunidade.

O desígnio maior desta pesquisa foi ocasionar uma pequena, mas real e concreta, contribuição para o campo político do Projeto Popular e ao curso bacharelado em administração, no que tange a discussão acerca do componente curricular Administração Rural. Acredita-se que houve essa contribuição de forma crítica, por demonstrar as contradições existentes no campo brasileiro e qual o modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro devemos adotar.

1.1 Problema

Com o advento da Revolução Verde, que trouxe o modelo de desenvolvimento agrícola baseado na gestão do agronegócio, e que o Brasil, com o seu papel na divisão internacional do trabalho tem sido responsável pela exportação de recursos

naturais, matérias primas e *commodities*, e em certa medida tem abandonado a agricultura familiar tradicional com a justificativa de que a gestão do agronegócio tem dado sua contribuição significativa para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, é que se propõe o seguinte questionamento: Quais as contribuições do Projeto de Sementes Crioulas desenvolvido pelo Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), na comunidade Pedra Grande, Pindaí-Ba?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar as contribuições do Projeto de Sementes Crioulas desenvolvido pelo Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) no município de Pindaí-Ba.

1.2.2 Objetivos Específicos

- * Compreender a centralidade do trabalho para o desenvolvimento dos modos de produção, enfatizando a produção agrícola Vs a produção industrial;
- * Analisar a organização do agronegócio Vs Agroecologia;
- * Inferir sobre as contribuições do Projeto de Sementes Crioulas desenvolvido pelo Movimento de Mulheres Camponesas na comunidade Pedra Grande, no município de Pindaí-Ba.

1.3 Justificativa

Nas literaturas que abordam as questões da gestão do agronegócio brasileiro existe uma deficiência, visto que essas tratam apenas das ferramentas e métodos (que devem ser utilizados para a manutenção e aumento das taxas de retorno das empresas) que estão alocadas no campo brasileiro. Assim, essas em sua grande maioria, fazem parte de uma mesma base epistemológica que visa apenas novas políticas e processos empresariais.

Em contrapartida, os lugares de aquisição e produção de conhecimento, que são principalmente as universidades públicas, deveriam oferecer o outro lado do problema e se posicionarem a favor da maioria do povo brasileiro (classe trabalhadora), justamente por serem mantidas com as taxas e impostos arrecadados pela exploração da mesma. No entanto, o que as instituições em questão tem feito para restituir a sociedade? Tendo em vista que, existe uma proposição diferenciada de desenvolvimento para o campo brasileiro, baseado principalmente na democratização da terra e assessoria técnica competente para exercitar tal função e considerando-se ainda que a mesma tem como modelo de gestão a forma estadunidense, o que torna efetivamente equivocada a proposição para se aplicar tal proposta à realidade brasileira.

Por isso acreditamos, através do presente estudo, contribuir com a constituição de outro modelo de administração, pois a formação que o curso oferta aos estudantes que a cada ano estão sendo qualificados para o mundo do trabalho mostra-se insuficiente, bem como a vasta literatura que trata sobre os modelos e métodos de desenvolvimento para o campo e, conseqüentemente, a agricultura brasileira.

Os métodos que têm sido abordados pelas literaturas e pela academia admitem o agronegócio como alternativa possível para o desenvolvimento no campo brasileiro, sem ao menos demonstrar, quais são os riscos e “benefícios” que esse modelo pode ofertar ao conjunto da população brasileira. Além de depositar a agricultura familiar

em patamar subestimado, como se não fosse necessário estudar para compreender tal fenômeno e como se dá a sobrevivência através de métodos de gestão familiar.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), mais de 70% da alimentação dos brasileiros é provida da agricultura familiar. Esse fenômeno não deve ser estudado e compreendido? Qual a relevância de compreender esse elemento? A agricultura familiar não utiliza de ferramentas administrativas? Qual absorção da força de trabalho existente na agricultura familiar para manter esse percentual? Esses são questionamentos que são necessários para reflexão sobre o modelo atual de desenvolvimento que o Brasil tem adotado para o campo brasileiro e, conseqüentemente, o desenvolvimento que aspiramos.

A agricultura familiar e o agronegócio são instâncias que possuem características bastante distintas. A primeira baseia-se essencialmente na democratização da terra; geração de emprego e renda; convivência harmônica com o meio ambiente. Já a segunda pauta-se na concentração de terras e renda; monocultivo; uso intensivo de agrotóxicos e alta mecanização do processo produtivo. A consideração dessas características díspares é que nortearam o presente estudo para adequar a compreensão do pesquisador acerca da realidade concreta.

Dessa maneira, nosso empenho constitui-se no sentido de compreender a questão do desenvolvimento no campo brasileiro de modo a contribuir com os sujeitos envolvidos, principalmente o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), haja vista a contribuição do mesmo na região a qual atende, para o acréscimo da agricultura familiar e suas tradições que não devem ser perdidas e que foram constituídas a partir de um viés sócio-histórico. Outra questão importante a ser elencada é o fato de não encontrar uma bibliografia consistente e ampla na área de administração que verse sobre esse aspecto: a relação existente entre capital e trabalho nas relações sociais que pautam o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Conseguimos entender a verdadeira importância que existe no presente estudo – por ter sido negado a nós (trabalhadores) o que foi produzido historicamente pela humanidade na agricultura familiar - devido às leituras e vivências, percebemos que

existe algo além do que está posto dentro das discussões nas universidades e nas matrizes curriculares.

Assim, enxergamos o curso de Administração como uma via positiva no processo de transformação da realidade brasileira a partir do momento em que o conhecimento construído for socialmente útil ao conjunto do povo brasileiro. E este estudo poderá contribuir para a construção de novos conhecimentos, forjando assim a possibilidade de elaboração do mesmo sobre uma administração verdadeiramente popular, no sentido de administrar os recursos, o tempo e as forças produtivas em benefício do conjunto do povo brasileiro.

Além das questões anteriormente elencadas, o pesquisador parte de motivações políticas pessoais, pois, atua como membro do movimento social Levante Popular da Juventude, e o referido grupo também adota a linha política do Projeto Popular para o Brasil assim como o Movimento de Mulheres Camponesas, objeto pesquisado no presente estudo. Além disso, tem ainda como objetivo para pesquisas futuras a proposta existente do Desenvolvimento Social, visualizando-o como forma de articular o conhecimento acadêmico e a necessidade social brasileira.

2 ...INICIANDO O JÁ INICIADO

“Roda Mundo, Roda Gigante, Roda Moinho, Roda Pião” Chico Buarque

Nesse capítulo, serão abordados os temas e processos históricos que dão base ao materialismo histórico dialético para a compreensão da realidade, assim, ele será dividido da seguinte maneira:

A ontologia do ser social – o trabalho, que dará a sustentação para a compreensão do elemento fundante da nossa civilização que é o trabalho e os seus elementos constituintes. A divisão sexual do trabalho, por se levar em consideração o fato do estudo tratar das questões da gestão de um movimento social constituído por mulheres, e o papel da divisão sexual do trabalho na construção do homem e da mulher.

As formas em que a sociedade se organizou e se organiza - o tratamento dos modos de produção, desde a sociedade primitiva, passando pela escravista, feudal e capitalista, e a sua relação com o trabalho tanto urbano quanto rural, sendo este um método que tem referência europeia. Sobre a realidade brasileira serão abordados os aspectos fundamentais que nortearam a pesquisa e os conceitos sobre a formação econômica e social do Estado brasileiro, visto que existem discordâncias sobre essa questão. E por fim, a constituição dos movimentos sociais do campo e o surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

2.1 A Ontologia do Ser Social – O Trabalho

Para melhor compreender os fenômenos ocorridos atualmente em nossa sociedade e, por conseguinte diminuir os equívocos sobre o mesmo, carecerá remeter ao elemento constitutivo e fundamental para o desenvolvimento do homem e da

mulher¹ enquanto tal, e que sem o mesmo não haveria sociedade nem mesmo seres humanos, esse elemento denominado: Trabalho.

Na primeira forma de sociabilidade que temos registros (primitiva), em que o homem e a mulher acabaram de “descer das árvores”², o trabalho se desenvolvia num patamar menos complexo do que ocorre atualmente e havia uma dependência estreita das condições naturais, ou seja, nos períodos de seca e chuva, principalmente, as tribos eram obrigadas a migrarem de região (nômades) com o objetivo de encontrarem condições favoráveis à tribo.

Os homens viviam, pelo menos parcialmente nas árvores, única forma de explicar sua sobrevivência no meio de grandes feras. Permaneciam em seus locais de origem, nas florestas tropicais e subtropicais. Frutos nozes e raízes serviam de alimento (ENGELS, 2004, p. 32).

A história detectou que supostamente o ser humano aprendeu a andar sobre dois pés há cerca de 90 mil anos, e o fez por necessidade de sobrevivência. Como a atividade principal era a caça, sendo inferior aos demais animais na velocidade, na visão e no faro, precisava armar tocaias ou esgueirar-se entre os arbustos; para tanto necessitava ficar em pé para ver mais longe e localizar os alvos preferidos – assim, aprendeu a andar ereto (BOGO, 2008, p. 106-107).

Nesta mesma forma de sociabilidade, o trabalho quando constituído enquanto tal (provido de conhecimentos, especificações, qualidade e quantidade), era elaborado por todos os seres envolvidos nas tribos comunais. Com o surgimento da caça e da pesca é que se deu a divisão sexual do trabalho, e se definiu quais os trabalhos femininos e os masculinos, “a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (ENGELS, 2004, p. 75).

Quando defendemos que o trabalho é provido de conhecimento, quer dizer-se que: no momento em que ocorre o ato do trabalho seja ele no campo, na indústria ou manual, o ser humano percebe quais as matérias primas necessárias, as ferramentas e a maneira de se realizar a ação para determinado fim, Lessa (2008).

¹ O presente trabalho irá utilizar homem e mulher, por reconhecer a diferença existente entre os gêneros como construção sócio-histórica.

² “Foi necessário, seguramente, que transcorressem centenas de milhares de anos – que na história da terra têm uma importância menor que em segundo na vida de um homem – antes que a sociedade humana surgisse daquelas manadas de macacos que trepavam pelas árvores” (ENGELS, 1876, p. 17).

Há precedentes, indispensáveis para que o ato do trabalho se configure enquanto tal: a força de trabalho, ferramentas e o objeto a ser transformado. Independente da finalidade, porém, para que exista o conjunto dos três elementos é imprescindível que se olhe para as necessidades externas ao ser humano tais como: moradia, vestimenta, alimentação, etc.

Assim como o exemplo dado por Lessa (2008) sobre a criação do machado para a necessidade de quebrar o coco, entende-se que criamos as ferramentas de trabalho a partir da necessidade (alimentação) para realizar tal ação e a consequência desta pode ser sucesso ou fracasso. O que gera um conhecimento específico, que poderá ser modificado na próxima criação do machado.

No momento em que nos alimentamos, para cumprir uma necessidade biológica, necessitamos devido ao salto ontológico (não sermos mais regidos apenas por leis biológicas) de uma faca para cortar um pedaço de carne, essa faca pode ser de diversos materiais e várias maneiras, porém existe a melhor maneira de se cortar a carne, assim como o material apropriado para confecção da mesma.

A espécie humana desenvolve-se como um novo tipo de ser, até então inexistente, e cujas peculiaridades não se devem à herança biológica nem a condições geneticamente predeterminadas: um modo de ser radicalmente inédito, o ser social dotado de uma complexidade de novo tipo e exponencialmente maior que a verificável na natureza (inorgânica e orgânica) (NETTO, 2010, p. 36).

Não esquecendo a variedade de facas existentes e de suas diversas finalidades, nota-se que isso só é possível de ocorrer a partir dos conhecimentos gerados sócio-historicamente em torno do objeto produzido através do trabalho.

Para que o ato do trabalho alcance seu objetivo, é necessário o conhecimento que possibilite escolher os meios da realidade [...] Portanto, todo ato de trabalho requer o conhecimento do setor da realidade a ser transformado. Contudo, isso não significa que se deva conhecer tudo da realidade, mas apenas os aspectos diretamente envolvidos no ato da transformação (LESSA, 2008, p. 49-50).

A esse conhecimento da realidade a ser transformada implica-se também a relação direta entre o indivíduo e a natureza, e essa transformação da natureza, simultaneamente, modifica o ser humano devido à ligação intrínseca de ambos.

Na base do trabalho, no trabalho e por meio do trabalho o homem criou a si mesmo não apenas como ser pensante, qualitativamente distinto dos outros

animais de espécies superiores, mas também como único ser do universo, por nós conhecido, que é capaz de criar a realidade (KOSIK, 1976, p. 127).

E pelo desenvolvimento do trabalho, do ser humano e da própria sociedade, diminuiu-se a dependência direta das condições climáticas. Resultado este proveniente da integração entre as diversas tribos comunais existentes, que culminam no homem e na mulher sedentário³, na prática da agricultura, na criação e domesticação⁴ de animais.

A prática da agricultura e criação de animais (conhecimentos tradicionais e plena harmonia com a natureza), realizando o trabalho enquanto valor de uso⁵ deu origem ao camponês, que tem por característica principal a transformação da natureza para a satisfação humana (produção voltada para o consumo familiar).

Assim, os elementos supracitados deram origem, a partir do desenvolvimento do trabalho e da sociedade, ao camponês que faz parte também do objeto de estudo deste trabalho, porém não como o principal.

2.2 Divisão Sexual do Trabalho

Como anteriormente exposto, a divisão sexual do trabalho tem início a partir do desenvolvimento da caça e pesca, onde homens e mulheres se tornam responsáveis pelo trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, respectivamente. O

³ Sedentário é o antônimo de nômade, ou seja, quando o homem e a mulher a partir das necessidades geradas socialmente, decidiram se fixar num determinado lugar, dando origem assim, a moradia que conhecemos hodiernamente.

⁴ Para poder compreender sobre, a película cinematográfica 10.000 A.C. Roland Emmerich. 2008. DVD (109 min.) poderá contribuir com informações necessárias, apesar das limitações existentes.

⁵ “O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo assim igualmente comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 2006, p. 46). Este trabalho, enquanto, valor de uso pode-se caracterizar também por trabalho associado, “Assim, o trabalho associado pode ser inicialmente, definido como aquele tipo de relações que os homens estabelecem entre si na produção material e na qual eles põem em comum as suas forças e detêm o controle do processo na sua integralidade, ou seja, desde a produção, passando pela distribuição até o consumo” (TONET, 2005, p. 133).

produtivo responsável pela produção da sociedade, o trabalho enquanto criador de valor com possibilidade de ser quantificado, diferentemente do trabalho reprodutivo, que não há devida valorização, por estar restrito ao âmbito privado. A exemplo disso podemos citar a criação dos filhos, o cuidar do homem e os afazeres domésticos.

Ainda nesta perspectiva, não podemos negar que pelo próprio movimento dialético (contradição), a divisão sexual do trabalho fez com que à sociedade alcançasse o patamar de desenvolvimento das forças produtivas que se encontra atualmente, porém o ser humano do sexo feminino, a partir da divisão sexual do trabalho, se encontra ainda nos empregos subalternos, submissos e precarizados, além de receber menores salários ocupando os mesmos cargos que os homens.

Hoje posso acrescentar que a primeira oposição de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, [...] e que a primeira opressão de classes coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino. [...] foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo inaugura juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um relativo retrocesso e no qual o bem-estar e o desenvolvimento de uns se realizam a custa da dor e da repressão de outros (ENGELS, 2004, p. 36).

[...] nos primórdios da divisão social do trabalho, tanto a mulher escrava quanto a mulher livre tinham o seu espaço de trabalho pertencente à esfera doméstica, pois eram responsáveis pela manutenção da subsistência e reprodução, passando por vários campos, como o da alimentação, higiene dos homens e crianças (NOGUEIRA, 2003, p. 244).

Considerando essas questões, o modo de produção, reprodução e organização da vida humana, hodiernamente tem se apropriado de maneira intensa da divisão sexual do trabalho, inclusive e não somente na esfera urbana (não tendo como objetivo a dicotomia de ambos), mas também no campo, visto que as mulheres ficam restritas, além do trabalho na esfera reprodutiva e nos afazeres que exigem menor esforço e que se concentram próximo à residência.

A partir da década de 70 quando o modo governamental (ditadura civil militar) instaurado começou a ruir, as mulheres assumiram um papel diferenciado que até então não havia alcançado, visto que a possibilidade da “redemocratização” se abriu para a sociedade como um todo e aos movimentos sociais. Nas décadas posteriores

o movimento feminista⁶ e, por conseguinte as mulheres como um todo, adentram de forma significativa o mundo do trabalho, porém ocupando cargos inferiores e com menor remuneração.

A tendência da feminização do trabalho (e sua acentuada precarização) também se mantém no Brasil. No período de 1981 a 1998 ocorreu um constante crescimento da população economicamente ativa feminina (PEA), chegando a alcançar 1115,5% de aumento, aumento esse muito mais acentuado que o masculino. A proporção do aumento de mulheres em relação aos trabalhadores é nítida: salta de 31,3%, em 1981, para 40,6% em 1998. Nessa mesma época, o contraditório ocorreu com os homens: recuo de 68,7%, em 1981, para 59,3%, em 1998 [...] (NOGUEIRA, 2003, p. 267-268).

A década de 90 foi marcada pelo avanço do neoliberalismo na América Latina e o Brasil não se eximiu nesse cenário. Essa marca do neoliberalismo também contribuiu, com toda contradição, para o acesso das mulheres aos postos de trabalho. Assim como afirma Hirata, sobre as péssimas condições em que as mulheres foram obrigadas a se submeterem no mercado de trabalho.

Os efeitos da globalização, complexas e contraditórias, afetaram desigualmente o emprego masculino e feminino nos anos noventa. Se o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um aumento do emprego e do trabalho remunerado das mulheres ao nível mundial, com a exceção da África subsaariana. Notou-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços. Contudo, essa participação se traduz principalmente em empregos precários e vulneráveis, como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina (2001, p. 143).

Não se pode deixar de salientar que este período, foi marcado tanto pelo neoliberalismo, como também pelo modo de produção Toyotista, “como consequência dessas mutações no mundo do trabalho, cada vez mais o salário feminino tornou-se fundamental no orçamento doméstico” (ANTUNES, 2009, p. 74). O referido modo de produção se baseia na reestruturação produtiva com a flexibilização do trabalho e das leis trabalhistas, havendo assim uma absorção das mulheres no mercado de trabalho como nunca antes ocorrera na história brasileira.

No Brasil, as mulheres são 41% da força de trabalho, mas ocupam somente 24% dos cargos de gerência. O balanço anual da Gazeta Mercantil revela

⁶ O movimento feminista, não pauta o contrário do machismo, apenas a igualdade de gênero, para que homens e mulheres não recebam tratamentos dispares, mas também levando em consideração que ambos foram construídos sóciohistoricamente e só serão desconstruídos da mesma maneira.

que a parcela de mulheres nos cargos executivos das 300 maiores empresas brasileiras subiu de 8%, em 1990, para 13%, em 2000. No geral, entretanto, as mulheres brasileiras recebem, em média, o correspondente a 71% do salário dos homens. Essa diferença é mais patente nas funções menos qualificadas. No topo, elas quase alcançam os homens. Os estudos mostram que no universo do trabalho as mulheres são ainda preferidas para as funções de rotina (PROSBT, citado por, APARICIO, 2009, p. 03).

Essas funções de rotina que as mulheres foram submetidas nos postos de trabalho que ocuparam se deu em decorrência da imposição do trabalho reprodutivo⁷ às mesmas. Nessa construção de papéis, as mulheres foram sóciohistoricamente rotuladas como sujeitas responsáveis por realizar esse tipo de tarefa. “O que produz o valor da força de trabalho? Resposta: o feijão, o arroz, a carne, o gás, o fogão, as panelas... [...]” (IASI, 2007, p. 137).

O trabalho produtivo está voltado apenas às questões domésticas, no âmbito privado, fazendo com as mulheres se submetam (mas não porque querem) às condições mínimas de trabalho e, além disso, desqualificado – pelo sistema capitalista –, visto que o mesmo não produz diretamente a mais valia. “Não é casual que exatamente o trabalho doméstico, exercido majoritariamente pelas mulheres, tenha seu vínculo com o universo da produção capitalista obscurecido” (IASI, 2007, p. 140).

E essa desqualificação, segundo IASI (2007), é constituída propositadamente pelo sistema capitalista, onde a cisão entre o mundo econômico (âmbito público) e o produtivo (âmbito privado/residencial), mais a ideologização do lar faz com que se torne um trabalho realizado e caracterizado como feminino. E mesmo nos cargos de gerência existe uma naturalização de questões sensíveis que foram atribuídas às mulheres na história, e o modelo toyotista de produção (em que estamos vivendo) define isso de modo muito claro.

Na verdade, o jeito feminino de administrar não é superior ou substituto do modelo masculino, mas complementar. Assim, ambos podem contribuir com suas habilidades naturais, *que não são naturais, mas sim sociais*⁸, para o

⁷ Trabalho reprodutivo é aquele que não se encontra diretamente na produção da mais valia, assim como assevera Marx sobre trabalho produtivo “[...] só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produz mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital” (1978, p. 125).

⁸ Grifos nossos.

sucesso de uma organização. No entanto, também não se pode negar que o novo modelo de gestão das organizações modernas parece exigir um perfil de profissional mais flexível, sensível e cooperativo (GOMES, 2005, p. 07).

Negando dessa forma a construção social tanto do homem quanto da mulher. Assim, quando as mulheres assumem os postos de trabalho, seja ele de gerência ou não, tem sido remunerada de uma forma diferenciada (rebaixada) em relação ao homem, quando comparados os mesmos cargos.

De um modo geral, os estudiosos do assunto acreditam que as mulheres possuem suas diferenças em relação aos homens. Entretanto, as organizações estão impregnadas de valores masculinos. Afinal de contas, apesar das oportunidades que vêm surgindo, a maioria das empresas ainda é um ambiente majoritariamente masculino e quase não contou, na sua criação e implantação, com a participação da mulher (GOMES, 2009, p. 78).

Assim, a questão da igualdade de gênero dentro das organizações, seja ela de movimento social ou empresa, torna-se extremamente admissível, visto que existem as desigualdades construídas historicamente e que as novas gerações deverão se atentar para esse elemento fundamental.

2.3 As Formas em que a Sociedade se Organizou até a que se Organiza...

Posterior à compreensão do denominador comum de toda a forma de sociabilidade, o trabalho, podemos fazer uma análise do processo sócio-histórico da organização social das empresas. Começando pela forma de sociabilidade primitiva, onde eles viam o ato do trabalho como algo necessário e importante para a continuidade do “grupo” por serem travadas brigas com rivais para defender as terras, as árvores frutíferas e as cavernas que viviam, entre outros fatores. Assim, todos da comunidade, por mais que a fase fosse limitada, tinham o conhecimento de tudo que era produzido (principalmente a caça e pesca), de como que se dava esse processo de produção e de distribuição para os sujeitos do grupo.

Após a forma de sociabilidade primitiva surgiu a asiática, que foi marcada pelo “fim” da propriedade da terra comunal e conseqüente surgimento da propriedade privada, o que ocasionou a divisão da sociedade em classes entre os que detinham a terra e

os que não detinham (proprietários e não proprietários), começando assim a subserviência de uns pelos outros.

O modo escravista, de maneira mais desumana, continuou sendo a exploração do ser humano pelo próprio ser humano, e os que exploravam viam o trabalho não-intelectual como desprezível, pois os primeiros realizavam o trabalho intelectual e o segundo grupo, os escravizados, o trabalho manual. Essa dicotomia surgiu na Grécia Antiga, quando apenas alguns eram responsáveis por discutir as ideias e questões sociopolíticas na praça que era chamada de *Ágora*⁹.

Na forma de organização econômica conhecida como feudalismo, a produção era realizada apenas para a subsistência, ou seja, para suprir as necessidades fundamentais à vida humana. O trabalhador (servo) estava ligado diretamente a terra (meio de produção) e tinha consciência de que o resultado do trabalho por ele realizado seria dividido entre trabalhador e o dono do feudo.

Nas outras formas, porque, embora houvesse um aumento - sempre relativo - de independência com relação à natureza e uma complexificação cada vez maior do próprio homem, a divisão do trabalho tinha instaurado relações de sujeição entre os homens. Desse modo, nenhum desse atos decisivos era efetivamente livre e, portanto, não podia ser a base para uma forma de sociabilidade realmente livre. Em todos eles - salvo o da comunidade primitiva - as energias físicas e espirituais dos indivíduos são desapropriadas de seus possuidores originais, privatizadas e transformadas em forças hostis e contrárias a eles (TONET, 2005, p. 23).

Como já assinalado, com a crise do sistema de produção feudal, que concomitantemente deu origem ao mercantilismo¹⁰ (da passagem do feudalismo ao capitalismo), houve também a separação de forma ainda mais desumanizadora, entre os possuidores e não possuidores dos meios de produção. O desenvolvimento do comércio, anteriormente realizado apenas com as trocas de mercadorias, surgiu a necessidade das navegações marítimas que tinham por finalidade a descoberta de especiarias para abastecer o comércio dos grandes centros populacionais que já haviam sido formados. "O comércio e a navegação tinham se expandido mais depressa do que a manufatura, que desempenhava um papel secundário; as

⁹ Principal praça nas cidades gregas onde se localizavam os templos, os altares dos deuses e os sujeitos notáveis, cumprindo o papel de discutir e pensar sobre a realidade grega.

¹⁰ Sistema econômico que se baseia na subordinação total aos interesses comerciais, fundamental para o surgimento e desenvolvimento do sistema capitalista.

colônias começaram a tornar-se consumidores importantes [...]” (ENGELS; MARX, 2009, p. 85).

Nessa fase do processo histórico do comércio, apesar de existir claramente os possuidores e não possuidores dos meios de produção, a relação com a propriedade da terra ainda se encontrava estreita, pois, a maior parte dela era campesina. A necessidade de povoar as cidades, em decorrência do desenvolvimento e complexidade que o comércio atingia, fez com que houvesse a oposição entre cidade e campo, havendo assim mais uma divisão da sociedade entre os que residiam no espaço urbano e os que residiam no espaço rural.

Com a cidade, está ao mesmo tempo dada a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em suma, da organização acima dos indivíduos e, assim, da política em geral. Aqui se revelou primeiro a divisão da população em duas grandes classes, a qual assenta diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é imediatamente, de fato, a concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres, das necessidades, ao passo que o campo torna patente precisamente a realidade oposta, o isolamento e a solidão (ENGELS; MARX, 2009, p. 75).

Percebe-se que a cidade está alocada nos valores da sociedade como sendo o melhor local para se viver por possuir uma maior facilidade de acesso aos bens materiais e imateriais produzidos pelos seres humanos. O trabalho, que é o eixo norteador de qualquer forma de sociabilidade, no capitalismo tornou-se mais desumano do que nas esferas anteriores, por ser característica do próprio modo de produção, como assevera Kosik,

[...] O trabalho se dividiu em milhares de operações independentes e cada operação tem seu próprio operador, seu órgão executivo, tanto na produção como nas correspondentes operações burocráticas. O manipulador não tem diante dos olhos a obra inteira, mas apenas uma parte da obra, abstratamente removida do todo, parte que não permite a visão da obra no seu conjunto (KOSIK, 1976, p. 74).

O atual modo de produção, reprodução e organização da vida humana usou dos artifícios na Revolução Industrial (que ocorreu no século XVIII), por seu alto grau de desenvolvimento das forças produtivas (em relação ao feudalismo). Os detentores dos meios de produção consolidaram as forças ideológicas necessárias à reprodução do sistema em questão voltando a produção apenas para a cidade.

[...] as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do

desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho por ela projetado (Engels, 2004, p. 20-21).

Na Revolução Industrial um engenheiro chamado Taylor “revolucionou” a maneira de produzir dentro das fábricas, pois o mesmo estudou sobre a ociosidade dos trabalhadores no processo produtivo. Desse período até meados do início do século XX a produção era baseada nos estudos de Taylor, e essa onda recebeu a denominação de Taylorismo, pois a produção era em massa (não existiam outros departamentos da administração que faziam os sujeitos consumirem sem necessidade) e fazer a população adquirir os produtos não era o suficiente.

Taylor queria diminuir o esforço físico e aumentar produtividade dos trabalhadores, fragmentando as tarefas e cronometrando o tempo de execução de cada operação, evitando-se qualquer perda de tempo na produção (GRANDO, 1996, p. 33-34).

Com as crescentes crises que o capital sofre constantemente, “tudo que parecia solido se liquefaz, encontrando-se o capitalismo em forte processo de liquefação”, (ANTUNES, 2009, p. 11) a produção em massa entrou em crise e não mais se produz tanto quanto antes se não existir consumidor, por serem esses os que sustentam o capital. Na metade do século XX, surgiu no Japão um novo modelo de reestruturação produtiva, o Toyotismo, que tinha como maior característica a flexibilização tanto do trabalho quanto da produção, fazendo com que a classe trabalhadora tenha perdas significativas, principalmente no que se refere aos direitos trabalhistas.

De modo sintético pode-se dizer que a necessidade da elevação da produtividade ocorreu através de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos CCQ's (Círculos de Qualidade Total) e dos sistemas de produção just-in-time e kanban, dentre os principais elementos (ANTUNES, 2004, p. 17).

Temos ainda como parte integrante da flexibilização a terceirização, o contrato de trabalho por tempo determinado, a redução dos salários (em caso de crise) mesmo com a manutenção da carga horária, a administração participativa (o trabalhador com sua criatividade consegue demonstrar ao seu superior uma alternativa para sair das crises).

Por um lado, ele traduz a exigência das novas qualificações para o mundo do trabalho, e por outro lado, tende a ocultar (e estamos diante de uma

operação ideológica!) que seu substrato estrutural—organizacional, o toyotismo possui como lógica interna a “produção enxuta” e uma dinâmica social de exclusão que perpassa o mundo do trabalho (ALVES, 2007, p. 117).

E essa flexibilização, que de forma velada- oculta a classe trabalhadora de enxergar o real concreto, percebe-se de maneira “empiricamente verificável” que é o modo de produzir mais com menos, seja esse menos sujeitos ou insumos de produção, “[...] o número de bancários no país reduziu-se de aproximadamente 800 mil no final dos anos de 1980 para cerca de 410 mil em 2000” (JINKINGS, 2002 Citado por ANTUNES, 2004, p. 21).

No começo dos anos 2000, iniciou-se uma nova onda de reestruturação, devido à saturação do Toyotismo e as grandes empresas, principalmente as automobilísticas, já não conseguiam ter mais os lucros exacerbados como anteriormente. Em substituição ao Toyotismo surgiu o Volvismo, e a produção passou a ser descentralizada, ou seja, uma empresa não mais realiza todas as etapas de produção do seu produto, ocorrendo assim a “divisão da produção” através de células (locais onde se fabrica determinada parte do produto).

Ao longo de todos os períodos elencados neste sub-capítulo, o campo ficou em segundo plano, não havendo métodos de melhoria para o desenvolvimento agrícola, mas sim tecnologias voltadas para desenvolver as forças produtivas.

2.4 A Formação Econômica e Social: a Realidade Brasileira

Tendo em vista que a formação que nos é concedida tem como base as formulações europeias e americanas, sendo assim, incapaz de responder aos anseios e necessidades do povo brasileiro, como é de praxe sobre a constituição do Estado/nação brasileiro. Sabemos que os primeiros povos que aqui viviam (índios), em decorrência da crise europeia, tiveram suas riquezas naturais espoliadas através da invasão territorial comandada por Portugal. Existem algumas divergências de teóricos brasileiros acerca da formação de nosso Estado, como a do Nelson Werneck Sodré, Jacob Gorender e Darcy Ribeiro.

Os primeiros povos que habitavam o Brasil tinham como características, algo diferentemente das comunidades tradicionais europeias que era baseada nas tribos comunais, a divisão sexual do trabalho diferenciada onde “as mulheres cuidavam da roça, do preparo da comida e do “cauin” (vinho que animava as festas *tupi*), e era da alçada masculina a fabricação de arcos, flechas, bordunas e canoas” (Ribeiro, 2000, cap. 01), vivendo assim no sedentarismo e da agricultura de subsistência e todos sendo proprietários do resultado da produção, seja agricultura, caça ou pesca.

Pode-se comparar essa forma de sociabilidade com a primitiva europeia, porém com traços específicos de cada localidade, sendo a brasileira dotada de conhecimentos e maneiras diferenciadas de se relacionar com a natureza.

Um índio na força da sua cultura ele se basta, a si mesmo, ele é auto-suficiente, ele sabe fazer tudo que vai precisar ao longo da sua vida, sabe fazer a sua casa, sabe fazer sua roça, plantar e colher, sabe fazer seus instrumentos de trabalho, seu arco sua flecha, sua canoa, sabe fazer esteira, sabe fazer rede, sabe identificar as espécies do seu ambiente que serve como alimento ou como medicamento (RIBEIRO, 2000, cap.01).

Esses elementos que Ribeiro aborda na película cinematográfica “O povo brasileiro” são diferentemente dos registros existentes sobre a sociedade primitiva europeia. Em relação à realidade brasileira, não encontramos registros que tratem das questões similares ao ocorrido na Europa, visto que os países deste continente foram os primeiros a realizar o expansionismo marítimo em decorrência da crise de produção que sofreu no período.

Com o continente europeu em crise, os países que detinham vasto conhecimento em embarcações, e Portugal era um destes, tiveram grande avanço econômico/financeiro neste período histórico, visto que o caráter da expansão marítima era a colonização para a exploração dos recursos e abastecimento do mercado europeu. Um dos países que se encontraram nessa rota de expansão foi o Brasil, onde se instaurou primeiramente a forma de exploração denominada *Plantation*¹¹ que se explorava a madeira, a cana-de-açúcar, o algodão e o café. Esta

¹¹ Sistema caracterizado pelo monocultivo, grandes extensões de terra, mão-de-obra escrava e produção voltada para a exportação.

organização societal exclusiva da sociedade brasileira designada como Escravista Colonial¹², por Gorender e de Sistema Feudal, por Sodré.

A plantagem escravista distingue-se radicalmente, como se evidencia, da forma de organização típica do feudalismo. Nesta, as pequenas explorações familiares tributárias, possuidoras de meios de produção, autônomas e estáveis, constituíam a base do sistema (GORENDER, 1962, p. 151).

Porém, no estudo/pesquisa a referência utilizada sobre a formação brasileira será baseada nas concepções do Gorender e Ribeiro e será apenas apresentada formulação equivocada do Sodré sobre a formação societal brasileira.

O fenômeno de transição de vastas áreas antes escravistas a um regime caracterizado de servidão ou semi servidão é possível, no Brasil, pela disponibilidade de terras. [...] A disponibilidade de terras é um fato inequívoco – mas de terras apropriadas, não de terras por apropriar. [...] trata-se de um quadro feudal inequívoco. Quando o fenômeno se generaliza, os seus reflexos no mercado tornam-se evidentes: o modo escravista de produção está irremissivelmente condenado (SODRÉ, 1962, p. 118).

Não nos referenciamos no autor acima, pois a forma de sociabilidade que Portugal (Europa) se encontrava era extremamente distinta da brasileira, visto que, a primeira se encontrava no Feudalismo – com ascendências ao mercantilismo complexo (capitalismo) – e a segunda no comunismo primitivo. E nesse contato houve o choque entre as duas concepções. Na medida em que, as características do sistema feudal não se encontravam no Brasil, como citado anteriormente, o servo detinha alguns meio de produção e estava claro que o resultado do trabalho seria dividido entre o servo e o dono do feudo, o que não ocorria no Brasil, pois não houve independência da mão-de-obra brasileira, salvo depois de 1888 com a Lei Áurea.

De todo diversa é a organização do trabalho e da produção na plantagem escravista. De nenhuma autonomia dispõem os trabalhadores, o tempo todo a serviço do proprietário deles, trabalhadores e dos meios de produção (GORENDER, 1976, p. 151).

Mesmo com o esgotamento tanto do modo de explorar o solo quanto a mão-de-obra (aqui já se encontravam escravos vindos da África), o fenômeno de derrubada do escravismo não ocorre em nosso país devido a algum projeto de desenvolvimento nacional, mas esse modelo de produção começa a ruir quando se fortalecem os interesses econômicos e financeiros da burguesia industrial da Inglaterra, uma vez

¹² Neste ponto em que há divergências sobre a questão da formação brasileira.

que acabara de se consolidar a revolução industrial naquele país. A lei de terras foi fundamental para a transição/esgotamento do modelo *plantation* de exploração.

A lei de terras foi muito importante. Ela foi concedida no bojo da crise da escravidão e preparou a transição da produção com trabalho escravo [...] para a produção de trabalho assalariado. A lei de terras representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras, foi a transformação das terras em mercadorias. A partir de 1850, as terras podiam ser compradas e vendidas (STEDILE, 2011, p. 283).

No século XIX, houve três principais acontecimentos que contribuíram para a consolidação posterior do capitalismo. Foram estes a abertura dos portos em 1808, a independência política do país em 1822 e a extinção do tráfico de escravos africanos em nosso país em 1850 e que culminou trinta e oito anos depois (1888) na Lei Áurea.

Nesse novo quadro social, os ex-escravos são abandonados pelo governo a própria sorte, e por absoluta falta de opções, ou se deixam ficar nas fazendas como assalariados sem nenhum direito, ou se embrenham nas matas para formar pequenos quilombos, ou ainda se refugiam em áreas inóspitas na periferia das cidades para aí edificar as primeiras favelas, versão urbana dos quilombos rurais, que um século depois irão sufocá-las num braço fatal (COUTO, 2000, p. 55).

A Revolução Industrial já havia se desenvolvido o suficiente para conseguir analisar que para se obter ganhos significativos (lucros exacerbados), se fazia necessário ter um alto exército industrial de reserva¹³, e que no caso brasileiro, era imprescindível existir a mão-de-obra “livre”¹⁴, já que a força de trabalho pertencia aos senhores de escravos, condição primordial para a consolidação do capitalismo no Brasil, através da industrialização tardia, que ocorreu aproximadamente a partir da segunda metade do século XIX com a linha telegráfica e a primeira ferrovia, Sodré (1962).

¹³ Trata-se da quantidade de trabalhadores excedentes – que não serão utilizados como força de trabalho – que fazem pressão, por si só, com os assalariados que estão em atividade, “Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional” (MARX, 1996, p. 262-263).

¹⁴ “o que o operário vende não é propriamente o seu “trabalho”, mas a sua “força de trabalho”, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela. [...] Se lhe fosse permitido vendê-la sem limitação de tempo, teríamos imediatamente restabelecida a escravatura” (MARX, 1898, p. 69).

Nos primeiros anos do século XX, a economia brasileira estava apenas voltada para a agroexportação dos bens primários, o que atualmente não é diferente, devido ao papel do país na divisão internacional do trabalho. A Inglaterra, por ser a principal potência mundial neste período, não possuía investimentos necessários em bens primários para alimentação, e sim na indústria de transformação.

Nessa condição os ingleses praticamente abandonaram as possibilidades de produção e exportação de produtos primários, transformando-se na grande nação dependente da importação de alimentos e matérias-primas, financiada pela exportação de manufaturados. [...] a Inglaterra pôde comportar apenas 9% de sua força de trabalho no setor primário, em 1900, [...] o Brasil 73% (POCHMANN, 2005, p. 19-20).

Deste modo, o Brasil com sua subserviência a burguesia internacional teve que se adequar aos ditames da Inglaterra por um longo período no século XX e tendo como principal contribuinte do Produto Interno Bruto os bens primários para exportação. Não deixando de considerar que neste período já se encontravam em território brasileiro os imigrantes vindos da Europa, além dos negros e negras que foram “libertados” pela Lei Áurea, sendo estes obrigados – devido a condições materiais objetivas de vida – a se submeterem aos trabalhos subumanos, precarizados e residirem em guetos nos grandes centros.

O povo que se consolidou no Brasil teve várias origens, assim como afirma Ribeiro (2000), os nativos com suas culturas e valores, os africanos e os europeus, principalmente os italianos, trouxeram as suas experiências e formas de se relacionar com seus semelhantes.

Assim, com seu exemplo e organização, esses imigrantes motivaram os brasileiros a lutar por seus direitos, provocando conseqüentemente inúmeros conflitos sociais, principalmente a partir de 1930 quando a elite brasileira é abalada por forte crise econômica, causada pela quebra da bolsa de nova York em outubro de 1929 (COUTO, 2000, p. 58).

E no caso dos imigrantes, havia o “fantasma do comunismo” que pairava sobre a Europa, mas que apenas questionava sobre os direitos trabalhistas que no Brasil foram “conquistados”¹⁵ a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943. Neste período, o país já vivia os ditames que se encontravam no capitalismo

¹⁵ Pauta apropriada pelo então atual presidente da época, Getúlio Vargas, onde ao mesmo tempo em que instaurava a sua ditadura militar a partir de 1930, consolidava-se uma pauta progressista para o conjunto dos trabalhadores brasileiros (Maio, Nosso Maio, 2011, cap.01)

europeu, apesar dos quase 350 anos de atraso em relação à Revolução Industrial, com as indústrias limitadas e ainda tendo elemento fundamental de contribuição do Produto Interno Bruto brasileiro a produção agroexportadora.

Outro elemento necessário para compreensão da realidade brasileira é o período em que Juscelino Kubitschek assumiu o cargo presidencial tendo como objetivo vários projetos desenvolvimentistas ensejando alavancar a industrialização brasileira. Nesse período, a burguesia externa conseguiu lucros exacerbados com a implantação desse projeto político.

Entre os anos de 1961-1964, João Goulart assumiu a presidência da república brasileira tendo como principal tese o desenvolvimento nacional, fortalecendo assim a moeda interna. O método para poder alcançar esse projeto era a realização da reforma agrária brasileira (Estatuto da Terra)¹⁶, visto que, as terras brasileiras estavam sendo controladas, em sua maioria, pela burguesia agrária fundada no monocultivo e latifúndio.

O Getúlio mostrou para tentar criar a Petrobras e a Eletrobrás que não era possível entregar as coisas fundamentais do país a empresas estrangeiras, e não era possível que capital feito aqui em cruzeiro rendesse dólar, o capital estrangeiro tinha que viver o destino do capital nacional isso o “Jango” quis fazer (RIBEIRO, 1995, cap. 07).

Primeira e única vez em que se colocava em questão o desenvolvimento do projeto nacional voltado para as questões da realidade brasileira não tendo como referência algum país estrangeiro. Apesar de toda essa proposta do João Goulart, em 1 de abril de 1964 os militares (financiados pelos E.U.A) assumiram o congresso e declararam vaga a presidência – Contra Revolução¹⁷.

“Jango” quando vai para o governo, ele era um jovem que engordava 20 mil cabeças de gado por ano, rico, as melhores fazendas do rio grande do sul eram dele, mas era um homem que tinha uma sensibilidade social, a frase

¹⁶ “A rigor, um dos primeiros atos do primeiro governo militar seria o estatuto da terra, promulgado por Castelo Branco [...] Criticado pela maioria dos autores por seu caráter antipopular e, sobretudo, por não incorporar os trabalhadores rurais no processo de reforma agrária” (MENDONÇA, 2010, p. 37).

¹⁷ “Revolução e contra-revolução constituem, por consequência, duas faces de uma mesma realidade. Sob a guerra civil latente, a pressão auto defensiva da burguesia pode ser contida nos limites da “legalidade”; por sua vez, o contra-ataque proletário fica circunscrito à defesa de sua autonomia de classe e de sua participação coletiva no sistema de poder burguês. Em outras palavras, a burguesia afasta-se das tarefas históricas impostas por sua revolução de classe, mas o proletariado não” (FERNANDES, 1981, p. 07).

básica dele que nunca chegou na imprensa era a seguinte: “nós temos dois milhões de pequenos proprietários, no dia em que tivermos dez milhões, a propriedade estará muito bem mais definida e muito mais gente vai comer e educar os filhos”, essa idéia de que a prosperidade é mais gente com pequena propriedade e ele dizia: “com 10% das terras que nós temos da para se criar dez mil propriedade de vinte hectares”, o que criaram foram milhares de propriedade de mil hectares (RIBEIRO, 1995, cap. 07).

O período pós-1964, momento histórico marcado por intensas manifestações populares de um lado e forte repressão política do outro, se instaurou no Brasil a ditadura civil militar que perdurou até o ano de 1985, quando se realizou a eleição indireta que levou Tancredo Neves à presidência da república. Os projetos que tinham como objetivos os lucros internacionais mais ousados, estiveram presentes neste período devido à subserviência brasileira aos planos norte-americanos. “Quanto à política externa, reforçou-se definitivamente tendência até então já esboçada de alinhamento aos Estados Unidos” (MENDONÇA, 2010, p. 35).

A década de 80 e 90 no Brasil foi marcada pelo fim da ditadura militar, reabertura da democracia e principalmente pela era neoliberal. Esta última tem como características a perda dos direitos trabalhistas; intervenção do Estado na economia apenas quando conveniente às empresas; privatizações/concessões de obras e empresas públicas; importação do modelo Toyotista de produção e no campo o “surgimento”/fortalecimento do agronegócio.

O novo complexo de reestruturação produtiva é de corrente, em primeiro lugar, da nova etapa do capitalismo mundial, caracterizada pela mundialização do capital, que tende a projetar nas subsidiárias das transnacionais, desde os anos 80, novas estratégias de produção, exigências do novo tipo de acumulação flexível [...] A seguir, as políticas neoliberais tenderam a impulsionar, a partir dos anos 90, a denominada modernização industrial no Brasil. [...] adotou-se uma liberalização comercial abrupta e desregulada, e constitui-se uma nova idéia de política industrial (ALVES, 2005, p. 183-184).

A partir dos anos 2000, o Brasil passou a viver uma realidade até então nunca presenciada em nossa história, pois assume a presidência da república o ex-operário e sindicalista Luis Inácio Lula da Silva que enxerga o desenvolvimento nacional de uma forma diferente das adotadas anteriormente. Baseada no neodesenvolvimentismo brasileiro, pois a reforma agrária prometida em campanhas eleitorais anteriores não se consolidou, os banqueiros obtiveram lucros extraordinários na gestão petista, o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e as reformas estruturantes não foram realizadas. Mesmo

com toda a contradição presente nesse contexto, foi o período em que ficou menos acentuada a desigualdade social desde a reabertura da democracia brasileira.

2.5 A Constituição dos Movimentos Sociais e o Movimento das Mulheres Camponesas – M.M.C

Neste sub-capítulo não será abordado os movimentos e revoltas ocorridos no campo no período colonial, mesmo sabendo da importância para o surgimento dos outros posteriormente, será realizado um recorte histórico a partir das ligas camponesas ocorridas nas décadas de 1940 e 1950, visto que a proposição do trabalho é justamente num movimento social do campo, mas que não tem como objetivo principal a luta pela reforma agrária.

O cenário brasileiro no período das ligas camponesas estava passando por um regime militar, de modo que os anseios da população do campo não foram pautados pelos governos do período, mas sim a partir das necessidades das empresas internacionais. As ligas da década de 1940 e 1950 surgiram com referência nas ocorridas na década de 1930, coordenadas pelo Partido Comunista Brasileiro. A liga camponesa de 1954¹⁸ de Pernambuco tinha como princípio contribuir de maneira significativa com os camponeses que viviam na região, como assistência médica, jurídica, educacional, auxílio nas despesas de funeral, e principalmente, a constituição de uma cooperativa de crédito coordenada pelos camponeses/camponesas.

Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), com três fins específicos: auxiliar os camponeses com despesas funerárias — evitando que os camponeses falecidos fossem literalmente despejados em covas de indigentes ("caixão emprestado"); fornecer assistência médica, jurídica e educação aos camponeses; e formar uma cooperativa de crédito capaz de livrar aos poucos o camponês do domínio do latifundiário (MST, s/d, p. 01).

¹⁸ Para maiores informações sobre a formação da liga de Pernambuco o documentário: CABRA Mercado Para Morrer. Direção: Eduardo Coutinho. 1984, 115min.

Dez anos após a constituição da sociedade agrícola e pecuária de plantadores de Pernambuco, se instaurou novamente o regime militar, onde foram cassados e mortos os líderes das ligas que já se encontrava espalhada pelo Brasil em 13 estados. No século XX tivemos como exemplos nacionais de movimentos que lutam pela democratização do acesso à terra a Liga Camponesa na primeira metade do século, e o Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), surgido em 1984¹⁹, no Rio Grande do Sul, bem como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT),

Os movimentos sociais são ações sociais promovidas pelos atores que compõe uma sociedade em seu respectivo contexto. Estas ações são de modo geral organizadas (articuladas) em função das demandas criadas por estes atores ou como resposta a determinadas ações produzidas contra seus interesses. Ação ou reação visando reivindicar ou propor mudanças, melhorias, projetos, enfim, os movimentos sociais representam a manifestação das ações coletivas que fazem a sociedade se transformar e estar num constante processo de reconstrução, o que nos leva a acreditar que onde há sociedade existem movimentos sociais (BOSETTI, 2010, p. 02).

Sendo essas ferramentas da classe trabalhadora com a proposta de uma reforma agrária que contemple as necessidades dos trabalhadores/trabalhadoras do campo, tendo como principais pontos a serem cumpridos a assistência técnica e acesso a terra (PROGRAMA DE REFORMA AGRARIA DO MST, 1984).

A partir de meados da década de 1980, inaugura-se no Brasil a fase da formação dos movimentos sociais do campo: de estrutura e princípios semelhantes, táticas combinadas por meio das diferentes formas de lutas, direção coletiva, autonomia política e ideologia própria. Esses movimentos sociais abrangem todas as diferenciações de trabalhadores ou comunidades indígenas, no espectro da luta pela terra, da resistência contra as barragens, comunidades quilombolas, direitos dos pequenos agricultores, quebradeiras de coco de babaçu, ribeirinhos, extrativistas, cizaleiros etc. (BOGO, 2008, p. 100).

Na década de 90 surgiram outros movimentos sociais do/no campo justamente para contribuir com os elementos não abordados pelo MST, como o Movimento dos Pequenos Produtores (MPA) e a articulação autônoma das mulheres dos

¹⁹ Primeira ocupação realizada na fazenda Anoni no Rio Grande do Sul, dá origem ao MST, para poder compreender assistir: O Sonho de Rose: 10 anos depois. Diretora: Tetê Moraes, 2000, 93min. Onde o latifúndio com mais de 8.000 hectares que se encontravam improdutivos foram destinados a reforma agrária e no ano de 1995, continha 3 cooperativas coordenadas pelos próprios assentados, além de 7 escolas.

movimentos sociais, que culmina no ano de 2003 no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (A AFIRMAÇÃO DE MUITAS HISTÓRIAS, s/d, p. 02).

Nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero (MMC, s/d, p. 01)

Nos anos 2000 os movimentos sociais do campo encontram-se diante de uma realidade diferente, haja vista a necessidade de organizar os movimentos em relação ao modelo adotado pelo desenvolvimento agrícola baseado na alta mecanização, pouca mão-de-obra, monocultura, alta utilização de agrotóxicos e grandes extensões de terra, que se denomina agronegócio. Uma das características contidas para a utilização de agrotóxicos é o manejo de sementes transgênicas²⁰, o que não ocorre com os movimentos sociais do campo, assim como o MMC que no semi-árido baiano realiza o Projeto de Sementes Crioulas.

Os movimentos sociais do campo que tem adotado diversas formas de enfrentamento ao atual modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro (no caso do Movimento de Mulheres Camponesas, a utilização de sementes crioulas; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a ocupação de terras para desapropriação e o Movimento dos Pequenos Agricultores, o melhor acesso a financiamento bancário e acesso a crédito com baixas taxas de imposto) e tem como concepção política norteadora o Projeto Popular para o Brasil, e que tem a Via Campesina²¹ como articuladora deste.

Assim, como o presente estudo tem como propósito contribuir com o Movimento de Mulheres Camponesas, e por conseguinte, com a construção do Projeto Popular para o Brasil, o subtítulo se fez necessário por realizar a constituição histórica dos movimentos sociais e o porquê os mesmos existem, contribuindo para a desmistificação acerca dos movimentos sociais.

²⁰ Mais conhecida popularmente como sementes “kamikazes”, ou seja, não tem capacidade reprodutiva.

²¹ Organização internacional que articula os movimentos sociais em torno de uma pauta em comum respeitando a necessidade histórica de cada país e está presente nos cinco continentes.

3. GESTÃO DO AGRONEGÓCIO Vs AGROECOLOGIA

“Faz Tempo Que Agente Cultiva, A Mais Linda Roseira Que Há, Mas Eis Que Chega A Roda Viva, E Carrega A Roseira Pra Lá” Chico Buarque

Esse capítulo traz um relato da situação do campo brasileiro, como os modelos que estão em disputa e o adotado pelo estado brasileiro para a sustentação da economia, visto que tem sido o principal elemento que tem sustentado o PIB do estado, assim o capítulo se divide da seguinte maneira: Os aspectos históricos e sociais da constituição do agronegócio, como o período da Revolução Verde, as empresas que dominam o setor, as características que existem para que possa se identificar o agronegócio.

A gestão do agronegócio no Brasil apresenta como o setor tem se desenvolvido no país, a sua contribuição para a economia e os principais produtos que são produzidos para exportação pelo Estado brasileiro. A agricultura familiar nos moldes da agroecologia sustenta as características, as dificuldades encontradas, as suas contribuições econômicas e sociais para o país, tendo como foco a regionalidade. O tópico, Revolução Verde abra seus olhos! abordará os pontos principais sobre os dois projetos em disputa para o desenvolvimento do campo brasileiro.

3.1 Aspectos da Constituição do Agronegócio

A partir do momento em que se compreende quais são os elementos fundamentais sob o qual estão assentados a gestão do agronegócio, pode-se elencar os impactos socioeconômicos sofridos pela sociedade com o mínimo possível de equívocos cometidos, desta maneira, o trabalho procurará contribuir com este subsídio. Como já salientado anteriormente sobre a questão da agricultura camponesa, que também está baseada na agroecologia visto que não há a utilização intensiva de agrotóxicos e outra forma em que os seres humanos possam se relacionar, não será necessário neste primeiro momento elencar a contribuição das questões agroecológicas.

O surgimento do agronegócio se fez no momento histórico em que o governo dos Estados Unidos da América contratou a fundação Rockefeller, com o desígnio de se realizar pesquisas sobre a vulnerabilidade da agricultura. A partir dos estudos sobre a questão, a fundação produziu as sementes geneticamente modificadas no início do século XX. Este é o primeiro registro que se tem sobre o surgimento do agronegócio.

Os OGM da Monsanto invadiram o mundo, mas uma empresa agro-industrial nunca havia provocado tantos pacientes e polêmica. [...] Criada em 1901 em Saint-louis, estado do Missouri, Monsanto não foi sempre uma empresa agrícola, primeiro foi uma das maiores empresas químicas do século XX. “A química trabalha para você, da mesma maneira a Monsanto trabalha por você! Monsanto a química criativa que fez maravilhas para você” (ROBIN, 2008, cap. 01).

Esses acontecimentos históricos ocorridos na primeira metade do século XX surgiram para dar início a Revolução Verde, que se baseia na introdução dos aspectos administrativos e gerenciais da Revolução Industrial (esta que por sua vez ainda se encontrava limitada a zona urbana), ajustada a realidade do campo.

No campo, o avanço do capitalismo fez aumentar a miséria, a acumulação e a concentração da riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. E também expropriou, expulsou da terra os trabalhadores rurais (FERNANDES, 2009, p. 07).

Este novo modelo de produção agrícola (agronegócio) surgido no contexto da Revolução Verde, que a partir de 1950, se tornou o paradigma dos países desenvolvidos e modelo de desenvolvimento a ser seguido pelos países periféricos, (assim como o Brasil, Argentina e Paraguai) fundamentado na racionalização dos custos e maximização dos lucros, visto que a produção agrícola é tida como uma empresa.

A estratégia da chamada “revolução verde” baseava-se em três elementos interligados: 1) a mecanização, através da produção de tratores, colheitadeiras e equipamentos; 2) a aplicação de adubo químico, pesticidas e medicamentos para a criação de animais; 3) o progresso na biologia, através do desenvolvimento de sementes híbridas e novas raças de animais com potencial produtivo superior (ANDRIOLLI, 2012, p. 103).

A Revolução Verde foi um processo de mudança da política agrícola e tecnológica do país a partir da Segunda Guerra Mundial (NUNES, 2007). Com o discurso de modernização do campo, esse processo incentivou e impôs a prática do monocultivo, sementes híbridas e geneticamente modificadas, mecanização pesada

no campo e o uso de pacotes agroquímicos (LONDRES, 2011). O processo de desenvolvimento agrícola desencadeado no campo se efetivou sustentado pelo discurso que a produção de alimentos gerados pelo agronegócio eliminaria a fome existente no mundo, porém, como afirma a Organização das Nações Unidas (ONU),

A produção de alimentos está subindo de forma constante e proporcionalmente superior ao crescimento populacional. No entanto, cerca de 925 milhões de pessoas passam fome no mundo. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) estima que as perdas globais dos alimentos e o desperdício cheguem a 1,3 bilhão de toneladas por ano – cerca de um terço da produção mundial de alimentos (ONU, 2012, p. 02).

Fica evidente a falta de comprometimento com o discurso criado para legitimar e sustentar o desenvolvimento do agronegócio, visto que este tem como mote os métodos e técnicas empresariais pautado na maximização dos custos e lucros, sendo assim incompatíveis com o combate a fome e pobreza.

Alimentos recusados pela maioria dos consumidores, que podem se dar o luxo de uma seleção no mercado, são, portanto, oferecidos primeiramente àqueles que não dispõem de determinado poder de compra, sendo incluídos em programas públicos de combate à fome, ou mesmo em doações de empresas produtoras, com a indicação de sua suposta responsabilidade social (ANDRIOLLI, 2012, p. 129).

Assim o surgimento das sementes geneticamente modificadas que culmina no desencadeamento da Revolução Verde é resultante do agronegócio e se fundamenta ou legítima em benefício financeira dos países economicamente desenvolvidos.

3.2 A Gestão do Agronegócio no Brasil

Com a modernização da produção no campo alavancada pelos negócios do agronegócio, que surge a partir da Revolução Verde, os países que tem o papel de produzir matérias primas na divisão internacional do trabalho tiveram a partir da década de 1980 a implantação de um modelo de produção inovador. No Brasil a questão da exploração dos recursos naturais, visto que este é compreendido como parte natural e de responsabilidade dos países que estão destinados à exportação

das matérias primas, tem sido tratada como condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país, haja vista a disponibilidade de recursos e terras suficientes para se desenvolver o modelo do agronegócio.

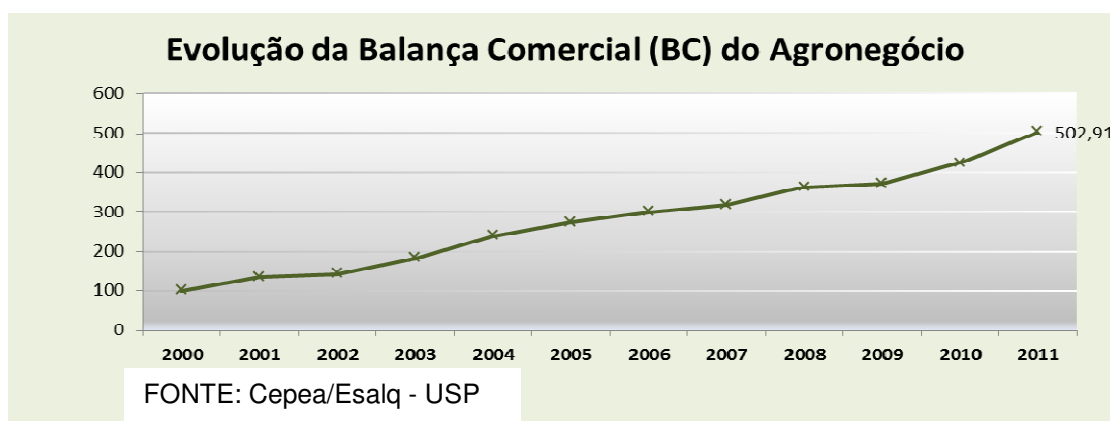
Modelo este que está baseado no sistema Antes, Dentro e Depois da Porteira (BATALHA, 2007), que geralmente é utilizado para identificar os processos da cadeia produtiva pelos autores que tratam da gestão do agronegócio, fazendo uma alusão ao sistema utilizado para a indústria que são: Entrada-Processamento e Saída, onde tanto o Antes da Porteira/Entrada, são os fornecedores, Dentro da Porteira/Processamento, a transformação do produto e Depois da Porteira/Saída, como o produto final alcançará o cliente.

Tendo o agronegócio como finalidade a produção para a venda, ou seja, alcançar o seu cliente consumidor, as famílias brasileiras que viviam da agricultura de subsistência e sustentável tiveram algumas dificuldades para se manter no campo, visto que a concorrência com o agronegócio ocorre de maneira desleal não dando o mínimo de condições para o agricultor forçando-o assim a residir na cidade e não mais no campo, constituindo então o êxodo rural.

Na atualidade, as empresas repetem as formas de coerção sobre os trabalhadores da agricultura. Visando enquadrá-los em um modelo agroindustrializado, altamente tecnificado, ou expulsá-los para se tornarem donas do espaço ocupado, usam diversos subterfúgios que vão desde a obrigatoriedade de consumir insumos, máquinas ou sementes geneticamente modificadas, com a integração e o assalariamento [...] (BOGO, 2008, p. 99).

O avanço do modelo de desenvolvimento agrícola no campo brasileiro tem se demonstrado em números, pois, “Em 2003, o Brasil teve a melhor exportação de todos os tempos: 51 milhões de toneladas, o que significa que a soja passou a ser o maior produto brasileiro de exportação e, pela primeira vez, o país exporta mais soja que os EUA” (ANDRIOLI, 2012, p. 143). Os principais produtos brasileiros que estão contidos na exportação dos produtos agrícolas são: o milho, a soja, o algodão, a cana-de-açúcar, a carne bovina e o café, assim representados na safra de 2010 (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2011) que constituem a principal produção do agronegócio brasileiro.

Esse tem sido o principal elemento utilizado para que se tenha respaldo nos poderes do congresso nacional para a consolidação e expansão do agronegócio no país, assim como visto o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do ano de 2011, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde o agronegócio tem sido fundamental na contribuição do PIB brasileiro. Segundo (BARROS, 2012) o ano de 2011 foi o período em que o setor do agronegócio teve sua maior arrecadação com as exportações que alcançaram à cifra de U\$\$ 88,9 bilhões, cerca de 25% maior do que o ano de 2010. Torna-se evidente assim a



contribuição do agronegócio na constituição do PIB, mas existem contradições que são inevitáveis a este modelo e que serão tratadas posteriormente.

No mesmo sentido de investimentos no agronegócio brasileiro as perspectivas para a safra 2012/2013 são positivas, perante as medidas adotadas pelo governo federal, como a redução da taxa de juros que representa uma redução de 18,5 % nos custos de produção. Porém, o que vemos com a gestão do agronegócio são apenas números e contribuições para a economia brasileira, demonstrando o seu caráter puramente mercadológico e financeiro.

3.3 Agricultura Familiar Sustentável nos Moldes da Agroecologia

A agricultura familiar em que utilizamos com referência para esta pesquisa esta baseada no resgate dos costumes tradicionais tais como: a maneira de produzir, os métodos econômicos, os “impactos” sociais e os culturais que foram criados sóciohistoricamente pelos camponeses e pelas camponesas brasileiras.

No Brasil, o campesinato²² encontra algumas dificuldades para se consolidar enquanto tal, devido às condições adversas assumidas pelos desafios a se enfrentar perante o modelo de desenvolvimento agrícola baseado no agronegócio. Alguns economistas e formuladores de política econômica protegiam a desqualificação contra a agricultura como feitiço de impulsionar os recursos para a indústria (SOUZA, 1997). Esse processo se inicia com o período da ditadura militar, visto que a principal argumentação para a não realização da reforma agrária brasileira seria que essa não contribui para o desenvolvimento nacional.

Os agricultores pobres não tem lugar no mercado promovido pelas grandes empresas, cujo enfoque produtivista está dirigido aos setores agrícolas e comercial dos países industrializados e desenvolvidos, dos quais essas corporações podem esperar grandes retornos de seus investimentos em pesquisa. O setor privado ignora importantes cultivos como a mandioca, o feijão, a maioria dos cultivos andinos e outros que são alimentos básicos fundamentais para milhões de pessoas (ALTIERI, 2012, p. 58).

Mesmo com toda adversidade a ser enfrentada pela agricultura familiar (êxodo rural)²³, as famílias que conseguiram se firmar no campo brasileiro obtiveram com muita dificuldade uma relativa referência para os governantes, já que a mesma contribui com mais de 70% da alimentação brasileira (BRASIL, 2011).

Essa produção realizada pela agricultura familiar, que tem contribuído significativamente com a alimentação da população brasileira, tem sido pautada na soberania alimentar e autonomia (sobre o que e como produzir), considerando que o modelo do agronegócio afeta a soberania regional e nacional, haja vista basear-se nas necessidades econômicas externas. Contribuindo assim com a valorização da cultura e diversidade regional, “a diversidade é importante para a segurança alimentar das comunidades rurais” (ALTIERI, 2012, p. 31). Esse elemento retrata o que ocorre nas diversas regiões do país quando nos referimos à agricultura familiar, tendo em vista que a mesma produz apenas o que as necessidades locais apresentam.

²² Conjunto de grupos sociais (que fazem parte da classe trabalhadora) que é caracterizado pela produção agrícola familiar, onde detém os instrumentos de produção, autonomia na escola da produção, trabalho familiar e eventualmente empregando um trabalhador assalariado, esses elementos que caracterizam o campesinato.

²³ A partir do momento em que o êxodo rural se torna um problema a ser enfrentado pelos grandes centros urbanos, a agricultura familiar é vista como forma de desenvolvimento e alternativa para evitar este fluxo (campo-cidade).

São os interesses do mercado mundial que estimulam a formação de monoculturas nos países subdesenvolvidos, forçando por manter tais países na condição de meros exportadores de matérias-primas, estabelecem desde logo condições de comércio que excluem toda e qualquer igualdade efetiva nas relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e procuram acentuar cada vez mais a dependência da economia dos países subdesenvolvidos no que se refere ao mercado mundial (KONDER, 2009, p. 227).

A maneira que as famílias²⁴ deparam para gerir este fenômeno se encontra respaldada (apesar de não haver estudos da área - administração) na função social que a mesma possui, visto que “a produtividade atingida por esse sistema é suficiente para a segurança alimentar das famílias, além de gerar um excedente para a venda nos mercados locais” (ALTIERI, 2012, p. 168).

Essa principal contribuição da agricultura familiar para a economia local e a sociedade em que está em seu entorno faz com que a mesma se fortaleça e mantenha sua independência, sem que haja a necessidade de submissão da ordem puramente mercadológica, colaborando dessa forma para a construção de um projeto popular para o Brasil.

3.4 Revolução Verde abra os Olhos!

O discurso utilizado pelos defensores da Revolução Verde, de que havia a necessidade de produzir em larga escala (assim como utilizada na produção fordista) os alimentos que suprissem a fome que assolava o mundo naquele período, torna-se insustentável quando após meio século estima-se que “925 milhões de pessoas no mundo não comem o suficiente para serem consideradas saudáveis. Isso significa que uma em cada sete pessoas no planeta vai para a cama com fome todas as noites” (ONU, 2012).

²⁴ “Na pequena agricultura, costumeiramente, se vê a divisão sexual do trabalho, interligada à divisão social do trabalho. De certa forma, as funções se confundem com as tarefas, que, em geral ocorre com um operário, que se sente parte da classe pela atividade produtiva, ou pela forma da consciência política, os camponeses, homens e mulheres, juntos com o desenvolvimento da consciência, possuem um sentimento de pertença” (BOGO, 2008, p. 113).

Geralmente essas pessoas que não se alimentam de forma adequada se encontram nos países que fazem parte da divisão internacional do trabalho com a tarefa de exportação de alimentos, o que gera uma ineliminável contradição dessa forma de produzir no campo, quando se tem a maneira societal de produção, reprodução e organização da vida humana pautada no capitalismo.

Enquanto que mesmo na organização social capitalista, a agricultura familiar tem sido capaz de sustentar a alimentação da população brasileira, mesmo com a falta de incentivo financeiro por parte dos governos, visto que na safra 2012/2013 será destinado 22,3 bilhões para a agricultura familiar (PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2012) enquanto que para o agronegócio a cifra será entorno de 115,25 bilhões (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012).

A respeito dos valores da produção, verificamos que na região Leste do MS as classes de área de menos de 50 hectares foram responsáveis por 5,89% do valor total produzido; já a classe de área com mais de 1000 hectares, por 71,98%. Porém, ao cruzar estes dados com o valor dos financiamentos obtidos, observamos que a eficiência da pequena unidade é maior. Dito de outra forma, a classe de área de mais de 1000 hectares obteve financiamento de mais de 1 bilhão de reais e gerou um valor de produção total de 524 milhões; a pequena unidade de produção de menos de 50 ha acessou 2,4 milhões (0,21% do valor total dos financiamentos obtidos) e gerou um valor de produção total de 42,9 milhões (CPT, 2010, p. 03).

Na tamanha desigualdade de investimentos fica explícito a falta de comprometimento com os camponeses que fomentam a geração de trabalho e renda nas suas localidades regionais do interior brasileiro.

Os sistemas agroecológicos, ao contrario, são adaptados a realidade da agricultura familiar e reforçam a proposta de um outro modelo de desenvolvimento para o campo, que prevê a repartição das terras e a produção descentralizada, que possa empregar muita mão-de-obra, dinamizar economias e abastecer mercados locais com alimentos saudáveis (LONDRES, 2011, p. 24).

Em relação à absorção da força de trabalho para ser utilizada em ambos os modelos de desenvolvimento para o campo fica evidente a vantagem da agricultura familiar, considerando-se que a proporção entre a quantidade de terras e a quantidade de trabalhadores, a geração de trabalho e renda permanece evidente de forma positiva na agricultura familiar.

Nesses estabelecimentos trabalham 400 mil assalariados nas propriedades acima de mil há, e outros 1, 8 milhões de assalariados nas propriedades de 500 a 2 mil há, totalizando assim 2,2 milhões de trabalhadores assalariados para o agronegócio. [...] Nas estatísticas do cadastro do Incra, vê-se que entre 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades. E a área controlada por elas passou de 182 milhões de hectares para 265 milhões de hectares em apenas oito anos (STEDILE, 2012, p. 03).

O agronegócio absorve apenas 2,2 milhões de trabalhadores num universo que representa atualmente 16 milhões de trabalhadores rurais (IBGE, 2010), e que se utiliza de 265 milhões de hectares para a sua produção, quando no Brasil temos 107 milhões de hectares destinados a produção da agricultura familiar, assim, é possível perceber que é a segunda que absorve o restante (que é a maior parcela) da mão-de-obra dos trabalhadores rurais.

Além da quantidade de trabalhadores absorvidos devemos considerar os impactos ambientais que os dois modelos de desenvolvimento agrícola causam ao meio ambiente, partindo da premissa que este também se trata de um elemento fundamental para não se deixar de elencar. Como já dito anteriormente, a Revolução Verde (agronegócio) é pautada por um conjunto de características que determinam sua condição, como o monocultivo e a intensiva utilização de produtos químicos nas lavouras, condição indispensável para a produção, colheita e consumo dos produtos derivados da biotecnologia, que são os organismos geneticamente modificados (OGM's), conhecidos popularmente como transgênicos²⁵.

Em longo prazo, com elevado uso de agrotóxicos no cultivo de plantas transgênicas, aumentarão os resíduos desses produtos em nossos alimentos. Isto é, no mínimo, polêmico, pois, com grande probabilidade, irão aumentar também os riscos de câncer entre os consumidores e consumidoras (FUCHS, 2012, p. 223).

Esse risco anteriormente assinalado é provocado pela necessidade da monocultura em grandes extensões de terra, para que assim se possa produzir em larga escala, e as empresas do setor maximizar os seus lucros.

²⁵ Os transgênicos tem sido utilizado nas grandes lavouras, porém não houve estudos suficientemente seguros que comprovem ou não os danos causados ao meio ambiente e conseqüentemente a saúde humana. “embora haja muitas perguntas ainda não respondidas sobre os impactos da liberação de plantas e microorganismos transgênicos no ambiente, o prognostico é que a biotecnologia irá agravar os problemas da agricultura convencional e, ao seguir promovendo monoculturas, também comprometerá os métodos agrícolas ecológicos, tais como rotações de culturas e policultivos” (ALTIERI, 2012, p. 38).

Fica claro, então, que a primeira onda de problemas ambientais está profundamente enraizada no sistema socioeconômico hegemônico, que promove a monocultura, o uso de tecnologias dependentes de elevados aportes de insumos e adoção de práticas agrícolas que provocam a degradação dos recursos naturais. Essa degradação não é apenas de natureza ecológica, mas também social, política e econômica. É por isso que o problema da produção agrícola não pode ser considerado apenas uma questão técnica (ALTIERI, 2012, p. 35).

O modelo de desenvolvimento agrícola baseado no agronegócio tem sido principal setor da economia brasileira que tem conseguido avançar no que tange apenas os números econômicos, porém o mesmo não se situa isolado do restante dos outros agentes que compõem a economia brasileira, como por exemplo, o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras que são imprescindíveis nesse modelo de produção e devem ser levados em consideração sobre os impactos gerados. Enquanto isso, a agricultura familiar tradicional, que tem todo o costume relacionado com a terra e as relações sociais que a permeiam, possui impactos estritamente antagônicos aos produzidos pelo agronegócio. Começamos pela questão da semente, a agricultura familiar se baseia na preservação das sementes crioulas “as variedades crioulas são geneticamente mais heterogêneas do que as modernas e podem oferecer amplo leque de defesas contra vulnerabilidades” (THURSTON, 1991, apud ALTIERI, 2012, p. 173) e são utilizadas nas próximas safras, ou até mesmo confraternizadas com o camponês vizinho.

Com o passar do tempo, esses sistemas foram sendo manejados, testados e aprimorados por meio de práticas engenhosas, muitas vezes conseguindo garantir a segurança alimentar da comunidade e a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Essa estratégia camponesa de minimizar os riscos mantém a produtividade estável no longo prazo, promove uma dieta diversificada para as famílias e maximiza os retornos, embora conte com baixos níveis de tecnologia e recursos limitados (ALTIERI, 2012, p. 159).

Essas características sociais e da própria produção em si das sementes crioulas, contribuiu significativamente para o controle e equilíbrio do meio ambiente, visto que a agricultura familiar não está baseada no monocultivo que são determinantes para a degradação do solo, ar e água, devido à contaminação pelo uso intensivo de produtos químicos na produção.

O resto contamina solos, água, plantações de vizinhos, florestas e, muitas vezes, áreas residenciais. Outros estudos indicam também que águas subterrâneas estão sendo contaminadas, colocando em risco a saúde de populações que se abastecem de poços em regiões de grande produção agrícola (LONDRES, 2011, p. 26).

Além do desgaste do solo por falta de rotatividade da produção e descanso do mesmo causando erosões, há a exaustão em relação aos elementos que contribuem para o desenvolvimento eficiente de qualquer espécie. Enquanto que a agricultura familiar constitui-se como um elo integrante do ambiente reduzindo significativamente os danos causados ao meio-ambiente e aos trabalhadores, não tendo o mesmo como apenas um meio de se obter lucros, o agronegócio promove inúmeros danos a terra e aos que dela necessitam para sua subsistência.

A partir dos elementos que foram elencados, pretende-se demonstrar as contribuições de uma gestão da agricultura que prejudica menos a vida humana, bem como em relação aos resultados econômicos que não devem superar os humanos demonstrando assim qual o sentido que a economia brasileira não deve seguir.

Assim como o conhecimento que é produzido na academia e que reflete no mundo empresarial cotidianamente, a principal dificuldade encontrada pela agricultura familiar dentro das universidades e centros de pesquisas é que estes estão apenas construindo conhecimentos que não tem contribuído com a agricultura familiar como um todo, pois não apontam soluções ou análises sérias sobre a mesma levando em consideração a figura humana e não somente os lucros financeiros esperados em um processo econômico.

Outro aspecto preocupante é que as universidades públicas e os sistemas de pesquisas estão sucumbidos à sedução do grande capital e tem sido presas fáceis da influencia do poder político e empresarial. Além das implicações da interferência do capital privado na definição da agenda de pesquisa e da composição da academia – que compromete a missão pública das universidades –, trata-se de uma afronta à liberdade acadêmica e a autonomia universitária (ALTIERI, 2012, p. 77).

Com todos os elementos supracitados, o conhecimento produzido pelo curso de administração não pode se ausentar de construir algo palpável que contribua verdadeiramente com a classe social; classe essa que sustenta as universidades públicas através do pagamento diário de impostos, principalmente quando consideramos que a prática do curso nas academias públicas não tem cumprido o seu papel social para a construção e empoderamento dos camponeses e das camponesas, fortalecendo o projeto popular para o Brasil.

Com o caminho realizado na revisão de literatura foram tratados apenas os temas essenciais que norteiam o método de investigação ao qual o estudo se aproxima que é o materialismo histórico dialético, sendo assim não poderíamos analisar o fenômeno do desenvolvimento agrícola brasileiro a partir do mesmo sem ter a fundamentação mínima necessária sobre sua constituição. E tendo o método como propósito a transformação da realidade, o presente estudo não se exime da proposição em que o método se fundamenta.

4. METODOLOGIA

“Roda Mundo, Roda Gigante, Roda Moinho Roda Pião” Chico Buarque

Para a elaboração do presente estudo foi necessário estabelecer a constituição sócio histórica do ser social e sua relação com a natureza e os modos de produção, visto que a pesquisa tem como propósito identificar, analisar e compreender as contribuições econômicas e sociais do Projeto Sementes Crioulas desenvolvido pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Entendendo que existem diversas maneiras de compreender os fenômenos existentes no conjunto da sociedade, o presente estudo fundamenta-se na epistemologia do materialismo histórico dialético elaborado por Karl Marx e Frederich Engels “as premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair” (2009, p. 23). Tendo em vista que este método é o que se aproxima para explicar a realidade, podendo assim atingir conclusões menos imprecisas, “O materialismo histórico dialético pode, pois ser entendido como um método de interpretação da realidade” (Gil, 2006, p. 31).

E sendo também necessário diferenciar as concepções hegeliana e marxiana sobre dialética,

A concepção hegeliana de dialética é de natureza idealista, ou seja, admite a hegemonia das idéias sobre a matéria. Essa concepção foi criticada por Marx e Engels, que “viraram a dialética de cabeça para baixo” e apresentaram-na em bases materialistas, ou seja, admitindo a hegemonia da matéria em relação as idéias (Gil, 2006, p. 31).

Visto que o presente estudo/pesquisa compreende os fenômenos dinâmicos e totalizantes, “já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.” (GIL, 2006, p. 32).

O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. [...] O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade (TRVIÑOS, 1987, p. 51).

Percebendo que toda a forma de análise/pesquisa deve tomar como ponto de partida a realidade existente, Marx e Engels (2009) afirmam que “não ocorreu a nenhum desses filósofos procurar a conexão da filosofia alemã com a realidade alemã, a conexão da sua crítica com o seu próprio ambiente natural”, e tendo como base de investigação uma fundamentação que possa responder aos anseios do pesquisador e principalmente ao movimento do fenômeno. Essa base de investigação deve ter como categorias fundamentais “a matéria, a consciência e a prática social” (TRIVIÑOS, 1987, p. 23).

Assim, a presente pesquisa se fundamenta no materialismo histórico dialético para compreender a estrutura da realidade social que é apresentada nesse momento histórico com o propósito de contribuir para a organização do conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras, com o objetivo da transformação social, assim como a essência do método dialético.

4.1 Caracterização da Pesquisa

O objetivo da pesquisa é descobrir respostas para problemas reais e concretos, através do emprego de métodos e ferramentas científicas que contribuam para alcançar tal objetivo. Problemas esses definidos por Gil (2006) como realidade social que em sentido amplo envolve os diversos aspectos da sociedade e da interação/relação entre os/as homens/mulheres entre si e as várias instituições que fazem parte da sociedade.

Para isso a seguinte pesquisa se caracteriza como exploratória e explicativa, visto que “as pesquisas exploratórias tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, [...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2006, p. 43), além de “levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (SEVERINO, 2007, p. 123).

E a mesma tem as características também da pesquisa explicativa, pois “são aquelas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2006, p.44). E conforme Severino (2007), “é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, [...] seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos” (p. 123).

Para construção do arcabouço teórico há ainda a revisão bibliográfica, visto que os estudos exploratórios “habitualmente envolvem o levantamento bibliográfico e documental” (GIL, 2006, p. 43) e que “parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas” (GIL, 2006, p. 65), além de ser aquela que, segundo Severino (2007), se realiza através de registros e materiais disponíveis, como livros, artigos, teses e documentos impressos.

Para poder subsidiar de forma significativa o delineamento da presente pesquisa foi feito o estudo de campo, pois o mesmo procura “muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis” (GIL, 2006, p. 72), além de estudar “um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes” (Idem). Assim, a presente proposta ainda se adequa a pesquisa aplicada, visto que a mesma “tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e conseqüências práticas dos conhecimentos” (GIL, 2006, p. 43).

4.2 Unidade de Análise e Observação / População e Amostra

A única e principal unidade de análise e observação é a comunidade de Pedra Grande no município de Pindaí, Bahia, onde o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), mantém a produção de sementes crioulas no estado da Bahia. A comunidade conta com uma população de vinte e seis famílias, e tomamos como amostra seis entrevistados sendo cinco mulheres e um homem, esse presidente da

associação de moradores da comunidade e uma das mulheres, dirigente regional do MMC, além de serem uma pessoa de cada família. Assim, a amostragem será por conveniência, visto que o “pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo” (GIL, 2006, p.104).

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) tem sua origem a partir do surgimento dos movimentos sociais (campo e cidade) na década de 1980 que são Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O mesmo se deu a partir da necessidade histórica (direito a voto, libertação da mulher, direitos previdenciários, sindicalização e valorização das trabalhadoras rurais) da criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, no ano de 1995, impulsionado com reuniões e seminários.

Essa articulação era constituída pelas mulheres dos movimentos: Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Pastoral da Juventude Rural (PJR); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e alguns sindicatos e culminou no ano de 2003 no Movimento de Mulheres Camponesas.

O Movimento atua nacionalmente em 14 estados brasileiros e o estado da Bahia faz parte destes. Dentro da Bahia o movimento está localizado no semi árido baiano contando com as cidades de Caetité, Riacho de Santana, Pindaí, Candiba, Caculé, Ibiassucê, Palmas de Monte Alto, Carinhanha, Matina e Urandi. Nessas cidades a produção se dá com o cultivo das sementes crioulas, artesanato e a pintura fazendo com que as comunidades se organizem em torno dessas temáticas de trabalho. E como o enfoque do estudo é a produção das sementes crioulas, estudaremos tal fenômeno a partir da comunidade Pedra Grande na cidade de Pindaí. O projeto desenvolvido pelo MMC existe desde 2010 com a intenção de resgatar os valores, culturas e as sementes.

4.3 Técnicas de Coleta de Dados

A técnica utilizada para a coleta dos dados da pesquisa foi a observação simples e entrevista, “a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que seu papel se torna evidente” (GIL, 2006, p. 110). E a delimitação do presente estudo se pauta na observação simples, pois “neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator” (GIL, 2006, p. 111), entendendo que não é o objetivo do estudo ser um ator, mas sim interferir na comunidade. além de permitir, como alude Severino (2007), o acesso a fenômenos estudados. Essa tem sido a etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa, por isso, a observação se deu a partir de uma vivência no final de semana na comunidade, utilizando o sábado e o domingo no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Para complementar o elemento que se estabelece para a constituição da coleta dos dados, foi realizada a entrevista por pauta, visto que por entrevista entende-se que o “pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam” (SEVERINO, 2007, p. 124). E a entrevista por pauta, “representa certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorar ao longo do seu curso” (GIL, 2006, p. 120), com o intuito de chegar aos objetivos do estudo.

Além de a mesma ser flexível, visto que quando se utiliza o rigor científico os sujeitos entrevistados podem não responder devido à apropriação do conhecimento popular. “Esta preferência por um desenvolvimento mais flexível da entrevista pode ser determinada pelas atitudes culturais dos respondentes ou pela própria natureza do tema investigado ou por outras razões” (GIL, 2006, p. 120-121). A entrevista ocorreu no decorrer do sábado e domingo utilizado para a coleta dos dados, nos momentos em que os entrevistados se encontravam com menos afazeres na comunidade.

4.4 Estratégia de Análise e Tratamento dos Dados

Como técnica para analisar os dados, foi utilizada a análise do discurso, visto que esta se relaciona com o materialismo histórico dialético. Assim, houve a

transcrição/descrição da entrevista para a forma textual com “a proposta [...] da construção de um dispositivo da interpretação” (ORLANDI, 2005, p. 59), justamente para tratar de forma mais objetiva a interpretação dos elementos que foram expostos pelos entrevistados da comunidade de Pedra Grande.

Na análise de discurso, não se toma o texto como ponto de partida absoluto (dadas as relações de sentidos) nem de chegada. Um texto é só uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente e é assim que deve ser considerado. Ele é um exemplar do discurso. Feita a análise, não é sobre o texto que falará o analista, mas sobre o discurso (ORLANDI, 2005, p. 72).

Para a concretização dessa análise a interpretação perpassou por dois momentos. O primeiro, segundo Orlandi (2005), é que se faz necessário considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise e o analista deve descrever o gesto de interpretação que constitui o sujeito pesquisado. E o segundo é a necessidade de compreensão que não há descrição sem interpretação e por isso o pesquisador se torna envolvido no processo interpretativo.

5. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

“Faz Tempo Que Agente Cultiva A Mais Linda Roseira Que Há” Chico Buarque

5.1 Delineando a Análise dos Dados

O objetivo central deste trabalho é identificar e compreender as contribuições do Projeto de Sementes Crioulas desenvolvido pelo Movimento de Mulheres Camponesas, no município de Pindaí/Ba, e para tanto, realizou-se entrevistas com os moradores da comunidade Pedra Grande.

Para alcançarmos o objetivo desta pesquisa, optou-se pela análise do discurso, por ser a análise de tratamento dos dados que se aproxima com o método da pesquisa e por dar subsídios para interpretar o discurso realizado pelos entrevistados, para que possamos confrontar com a literatura existente sobre as questões apresentadas.

Na presente pesquisa, não utilizaremos a identificação nominal das respostas, mas sim definiremos as respostas pela ordem das entrevistas realizadas na comunidade, assim teremos: ENTREVISTADA I; ENTREVISTADA II; ENTREVISTADA III; ENTREVISTADA IV; ENTREVISTADA V e ENTREVISTADA VI.

5.2 Análise e Discussão das Entrevistas – Pedra Grande

5.2.1 Caracterização da Comunidade Pedra Grande.

A comunidade Pedra Grande está localizada na cidade de Pindaí, semi árido da Bahia, situada a 838 km da cidade de Salvador. A cidade contém 15.628 moradores

somados entre urbano 27,6% e rural 72,4%, além de ter 48,7% da população feminina. A mesma fica localizada a 15 km da cidade e possui 26 famílias que residem habitualmente na comunidade. Além de existir também sujeitos que migram para as áreas de plantio de cana para realizar o trabalho do corte de cana nas usinas paulistas e mineiras. O feijão e o milho são os principais produtos com que a comunidade/movimento trabalha.

5.2.2 A Centralidade do Trabalho para o Campo e Cidade

A partir das entrevistas realizadas com os moradores da comunidade Pedra Grande no município de Pindaí, Bahia, fica evidente a compreensão por parte dos moradores da necessidade do trabalho para a constituição do ser, construído a partir das suas condições objetivas e subjetivas de vida.

Enxergando a necessidade e importância do trabalho realizado no campo e na cidade, há compreensão sobre o papel que cada um desenvolve, *“um depende do outro, assim como o da roça precisa da cidade, a cidade também precisa do campo, e vice-versa”* (ENTREVISTADA II, 2012), diferentemente da ideologia transmitida a partir da revolução industrial sobre a divisão do trabalho, e criando a oposição entre campo/cidade, manual/intelectual.

Os entrevistados têm conhecimento do valor de cada tipo de trabalho que é desenvolvido, apesar de encontrarem problemas *“a gente tem dificuldade para juntar as duas partes”* (ENTREVISTADA VI, 2012), para realizar projetos/trabalhos que unifiquem ambos para diminuir a dicotomia presente a relação entre ambas as esferas, *“tem que ter esse entendimento [...] dessa união entre o trabalho do campo e da cidade”* (ENTREVISTADA VI, 2012).

Pelo que fora encontrado as/os camponesas/camponeses, em consonância com sua compreensão da realidade, pois *“ao produzirem seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material”* (ENGELS; MARX, 2004, p. 24), conseguem analisar a importância do trabalho em sua totalidade

concreta ao que está a cargo da sua maneira de vida e compreensão acerca do universo que está inserido, *“se o lavrador não produzir no campo, a cidade certamente vai morrer de fome, e se não houver trabalho na cidade, os trabalhadores rurais serão prejudicados, é uma troca”* (ENTREVISTADA IV, 2012).

Apesar do discurso existente na sociedade capitalista de que a cidade se encontra num estágio superior e mais desenvolvida do que o campo, essa análise se torna equivocada e sem consistência, pois não compreende na sua totalidade concreta a necessidade e papel de cada um com suas especificidades e necessidades, mas que fazem parte de um mesmo movimento.

Este sub-tópico teve como objetivo analisar qual concepção dos moradores da comunidade Pedra Grande a respeito do trabalho e sua importância para o desenvolvimento da sociedade como um todo: o trabalho realizado no campo e na cidade. Assim, acredita-se que o mesmo cumpriu seu objetivo central, visto que as pessoas entrevistadas souberam responder com clareza o entendimento acerca da centralidade do trabalho.

5.2.3 A Gestão do Agronegócio e Agroecologia – Agricultura familiar/Sustentável

Ao serem questionados sobre a gestão do agronegócio, os entrevistados colocaram apenas os aspectos negativos, visto que para o pequeno e médio produtor não existe benefícios por parte do agronegócio para os mesmos. Tendo em vista que, *“precisamos preservar a biodiversidade”* (ENTREVISTADA I, 2012), para que assim possamos dar continuidade às gerações em que vivem na comunidade.

Ainda sobre o agronegócio surgiu um elemento importante que foi a necessidade por parte de alguns produtores da aplicação dos defensivos agrícolas nas lavouras, visto que não há incentivo suficiente e capacitação técnica que possam empoderar os/as agricultores para que utilizem de outra forma de controle de pragas e insetos que aparecem nas lavouras, como explicado pela entrevistada, *“a gente ainda não*

conseguiu combater, mas hoje a gente vê uma observação na utilização dos agrotóxicos” (ENTREVISTADA VI, 2012).

E essa assessoria técnica deveria partir dos governantes para que o pequeno e médio produtor tenha capacidade suficiente para produzir da melhor forma e comercializar o excedente da produção rural, porém o governo brasileiro não realiza incentivos suficientes para que isso ocorra, visto que a prioridade dos governantes tem sido apenas o investimento no agronegócio voltado para a exportação.

Na comunidade a característica do agronegócio que está presente é a característica que está ligada a criação de animais, como a criação de gado ratificado pela resposta da entrevistada, *“quem cria gado, ele usa para fazer manga de capim e é uma forma de monocultura”* (ENTREVISTADA VI, 2012), visto que o mesmo é utilizado para o comércio direto na cidade de Pindaí, não entendendo essa necessidade como desqualificada e desnecessária, e nesse manejo é necessário a utilização das características do agronegócio.

Percebe-se que o tema do agronegócio na comunidade Pedra Grande, tem sido discutido e difundido como sendo um modelo de desenvolvimento agrícola que não satisfaz as necessidades/anseios do/da camponês/camponesa que vive nesta comunidade, demonstrando assim apenas algumas contradições existentes como o caso da criação de animais, porém em relação ao todo do agronegócio, este problema não tem tanta relevância neste momento, podendo ser sanado posteriormente com alternativas coletivas.

A comunidade da Pedra Grande tem plena consciência de qual o modelo de desenvolvimento agrícola não seguir, porém quando os entrevistados foram questionados sobre o conhecimento, características e compreensão da agroecologia, percebeu-se que os moradores da localidade necessitam de uma formação para que saibam e melhorem a compreensão sobre o tema, pois não houve segurança nas respostas.

Mas houve entrevistados que souberam responder sobre o que compreende da agroecologia, *“meu pai, a gente sempre plantava”* (ENTREVISTADA II, 2012), nesse recorte da fala fica explícito o sentimento de pertença e geracional do camponês da

lida no campo, e as relações familiares que são construídas diferentemente das relações na cidade.

Com a resposta da entrevistada de que “*a gente plantava uma roça, não tinha esse negócio de plantar uma planta só, a gente plantava milho, feijão, melancia, maxixe, abóbora, e todo mundo dava*”²⁶ (ENTREVISTADA III, 2012), esse elemento característico da maneira em que as famílias se relacionam, também é um atributo da agroecologia, visto que se pauta novas formas de sociabilidade (entre os homens e mulheres), o que não há com o modelo de gestão do agronegócio, tendo em vista que o mesmo destina o resultado da sua produção apenas para a exportação.

“*O meio d’gente produzir, trabalhar lidar com a terra, sem destruir a natureza, ou pelo menos diminuir*” (ENTREVISTADA II, 2012), essa foi a conceituação da entrevista sobre agroecologia, que de certa forma não se pode negar esses elementos, visto que a partir de suas condições materiais e imateriais de vida, contribuíram para que fosse criada essa concepção de agroecologia.

Apesar de não saberem conceituar a agroecologia (dos seis entrevistados apenas dois souberam responder sobre), a prática cotidiana existente na comunidade se aproxima e muito do projeto diferente de desenvolvimento agrícola, tendo em vista que há trocas de produtos e trabalhos coletivos. Esses elementos não são alicerces do agronegócio, mas sim da agricultura familiar tradicional, além de que, segundo o discurso da entrevistada, “*geralmente nas grandes lavouras são usados tratores, aqui não, é tudo manual, o arado, a enxada*” (ENTREVISTADA VI, 2012).

Entendendo a necessidade e importância do desenvolvimento tecnológico para os pequenos produtores, não se pode confundir com a defesa das formas rudimentares de trabalho, pois se acredita que todos os camponeses devem ter acesso a novos métodos de realizar o trabalho com menos dispêndio da força física. Assim como assessoria técnica especializada sendo disponibilizada pelo governo brasileiro, como elencado por uma entrevistada “*os governantes, fazer assim uma corrigida, voltar os olhos assim para esse lado*” (ENTREVISTADA III, 2012).

²⁶ No sentido de troca de alimentos com os camponeses vizinhos

Mesmo com toda essa dificuldade de compreensão por parte dos/das camponês/camponesas sobre a questão da agroecologia, esse sub-tópico se faz necessário para conhecer o grau de entendimento dos moradores da comunidade sobre agroecologia, tendo em vista o trabalho que está sendo realizado nessa comunidade com o projeto das sementes crioulas. Assim, conseguimos identificar uma contradição dentro da comunidade que deverá ser sanada, mas devido a prática cotidiana não se trata de um problema que necessite de imediata solução.

5.2.4 Os Movimentos Sociais no Brasil e a Necessidade do Movimento de Mulheres Camponesas em Pindaí

Quando questionados sobre a importância dos movimentos sociais no Brasil, e o MMC na cidade, surgiu à seguinte resposta da pesquisada *“que os movimentos é uma necessidade, por exemplo, eu sou do movimento de mulheres, e vejo uma necessidade de lutar pelos direitos que as pessoas não tem”* (ENTREVISTADA VI, 2012). Com essa resposta fica evidente a compreensão de uma das entrevistadas, sobre a necessidade de se organizar para a conquista de direitos, principalmente, dos trabalhadores rurais.

“Ah o movimento é bom, porque se não fosse o movimento, quem iria lutar pelos nossos direitos? Sempre tem que ter movimento, porque se não movimentou, não anda, pára, não rompe” (ENTREVISTADA IV, 2012). Percebe-se na fala da entrevistada a necessidade dos movimentos sociais no Brasil para a garantia/cumprimento de direitos, ou seja, existem os direitos que estão garantidos na Constituição Federal, porém não são cumpridos, então há necessidade de organização popular para que se faça cumprir a Constituição.

Os movimentos sociais *“é uma coisa que existe para poder melhorar”* (ENTREVISTADA V, 2012). Nessa resposta, verificamos que a vida da população brasileira não está dentro dos padrões esperados, visto que se existe a necessidade de melhorar é porque algo não está satisfazendo a vida do trabalhador e

trabalhadora do campo. E com a criação dos movimentos sociais pode-se melhorar a vida dos sujeitos envolvidos devido à reivindicação por direitos não cumpridos.

“Olha, eles tem grande importância porque os movimentos sociais exige mais a união das comunidades ‘né?’ ” (ENTREVISTADA II, 2012). A entrevistada demonstra essa compreensão quando questionada sobre a importância dos movimentos sociais. A partir de tal concepção pode-se inferir que quando as pessoas se organizam através de um movimento social o mesmo constrói valores de sociabilidade que foram se perdendo no desenvolvimento do capitalismo. E no Brasil, além do desenvolvimento temos o êxodo rural que ocorreu e por consequência às novas gerações tiveram dificuldades para dar continuidade aos valores da agricultura tradicional, como no discurso da entrevistada, *“está sempre presente, passando experiência de uma comunidade pra outra”* (ENTREVISTADA II, 2012).

E com o êxodo rural, o campo brasileiro teve importância secundária (apesar de ser um país agroexportador) para o desenvolvimento da economia no país, visto que os investimentos e incentivos não são destinados a agricultura familiar, *“então eu acho na minha opinião, que os movimento sociais ele deve estar sempre presente principalmente pra quem mora na zona rural”* (ENTREVISTADA II, 2012), fica evidente nessa afirmação as dificuldades encontradas pelo pequeno produtor para se desenvolver e ter os seus direitos garantidos e poder comercializar de forma digna e qualificada o resultado do seu trabalho, evidenciado também na fala da entrevistada, *“de dar condição de produzir, mais também de poder vender e vender com dignidade”* (ENTREVISTADA IV, 2012).

Em relação à importância do Movimento de Mulheres Camponesas no município de Pindaí, surgiu algo bastante interessante que foi o posicionamento do único homem entrevistado na pesquisa, *“resgatar o trabalho da mulher, as atividade no campo, nem só no campo, mas em toda área que chama atenção, sem falar que mulher não é só pra cozinha”* (ENTREVISTADA III, 2012). Fica evidente que o entrevistado tem a compreensão do papel da mulher e do homem na sociedade, principalmente quando o mesmo diz que as mulheres devem ocupar as áreas que chamam atenção, e que se pôde identificar que o mesmo tem tratado dos postos de trabalho que são atualmente realizados pelas mulheres.

Além da necessidade das mulheres se organizarem hodiernamente, existe também a preocupação com as gerações femininas que virão, para que possam combater toda a forma de opressão e abuso que são constantemente expostas, assim como evidenciado no seguinte discurso, *“uma forma de estar unindo e estar também mostrando para as futuras mulheres que tem os mesmo direitos e os mesmos deveres”* (ENTREVISTADA I, 2012), além da fala compreensão sobre movimento social, *“é uma coisa que existe para poder melhorar”* (ENTREVISTADA I, 2012), nesse caso situa-se a melhoria de vida das mulheres nessa sociedade. Assim, a necessidade do Movimento de Mulheres Camponesas no município de Pindaí, é justamente para poder criar autonomia política/financeira das mulheres da cidade.

Assim o presente sub-tópico teve sua relevância dentro do estudo, pois a pesquisa se realizou numa comunidade onde existe um movimento social que é construído e gerido por mulheres. A partir daí surge à necessidade de investigar a compreensão dos moradores da comunidade, acerca dos movimentos sociais no Brasil como um todo e especificamente o movimento que está dentro da comunidade Pedra Grande.

5.2.5 As Contribuições do Projeto de Sementes Crioulas

De acordo com o que foi identificado a partir da observação e das entrevistas realizadas com alguns moradores da comunidade Pedra Grande, ficou evidente a contribuição do Projeto para as famílias residentes na comunidade e participantes, com a elevação da consciência dos/das trabalhadores/trabalhadoras do campo. Tendo em vista que hodiernamente há uma grande dificuldade de encontrar trabalhadores com a consciência de classe elevada de modo a compreender de forma menos equivocada os problemas que afligem a sociedade como um todo.

A consolidação do Projeto das Sementes Crioulas na comunidade de Pedra Grande contribuiu com a segurança e soberania alimentar, tendo em vista que a escolha do que e como produzir depende apenas das famílias (não deixando de considerar os efeitos climáticos), existindo assim uma autonomia sobre a produção agrícola e como o resultado do trabalho será utilizado, assim como evidenciado na fala sobre a

geração anterior e a sementes “*eles tinham certeza ‘né’ que aquela semente não ia prejudicar em nada e hoje com a semente não crioula tem aquela preocupação, e um grande debate pela frente que não se sabe se vai fazer bem ou mal para a saúde das pessoas*” (ENTREVISTADA III, 2012).

O discurso acima trata também das questões desconhecidas sobre os efeitos que os organismos geneticamente modificados podem causar a saúde dos consumidores, visto que não houve estudos suficientes para corroborar ou não com a utilização dessas sementes. Porém, a sociedade tem sido induzida ao consumo desses produtos quando a gestão do agronegócio utiliza-se dessas sementes para aumentar a produtividade, e passar a indústria de transformação como no caso do óleo de soja.

Esse processo de segurança e soberania alimentar por parte das famílias que participam do Projeto das Sementes Crioulas contribui, também, com a alimentação da população de Pindaí, visto que a comercialização do excedente da produção ocorre no município, assim os alimentos que são negociados estão em condições de consumo, o que não ocorre com os Organismos Geneticamente Modificados (OGM’s). Esse procedimento na comunidade não existe a partir do Projeto das Sementes Crioulas, mas sim desde gerações anteriores que realizavam um método parecido com o ocorrido hodiernamente, como explicado pela entrevista “*A semente crioula é semente que já vem a algum tempo, igual filho, bisavós, tataravós eles sempre tinha aquela semente para poder plantar e não tinha a preocupação*” (ENTREVISTADA II, 2012).

Além da contribuição para a saúde dos trabalhadores do campo e da cidade, tendo em vista a diminuição de doenças causadas pela má alimentação, o projeto, e conseqüentemente a agricultura familiar, contribui para a criação de emprego e renda, assim como esclarecido pela entrevistada “*eu consigo enxergar que na questão técnica trouxe emprego para cinco pessoas*” (ENTREVISTADA VI, 2012), sendo essas residentes na região contrariando assim os projetos de desenvolvimento que existem na região – absorção de mão-de-obra de outras localidades.

Quando tratamos das contribuições para a comunidade percebe-se que sobre a quantidade de trabalhadores que são utilizados nas atividades do cotidiano há uma absorção relevante, pois assim como explicado *“trabalha o filho o pai, tio todo mundo trabalha”* (ENTREVISTADA III, 2012), dessa forma há uma socialização de aprendizado sobre a forma de organização da produção no campo. Tendo em vista que estão no mesmo espaço de produção gerações diferentes, o que ocasiona a troca de conhecimentos para que possa ser aperfeiçoada também pela geração nova. Além de que essa estrutura da maneira de produzir contribui para que diminua o êxodo rural, visto que existe algo a se fazer e que trará resultados palpáveis – comercialização.

Sobre a questão da contribuição econômica do projeto, verificou-se que a compreensão permaneceu no sentido da economia de dinheiro o que não está totalmente equivocado, como na explicação da entrevistada *“desde quando você economiza, diminui os gastos eu vejo que isso já traz economia, na questão das sementes você produz aquilo que você come então isso é a economia, você tem que começar a ver essa economia que você mesmo consegue fazer, desde que eu produzo para meu gasto e eu não estou comprando eu estou livrando de comprar então estou fazendo a minha economia”* (ENTREVISTADA VI, 2012), devido às condições objetivas que perpassam para além da compreensão acadêmica conceitual.

O que tem se colocado pelas famílias que foram entrevistadas na questão econômica tem sido verdadeiramente a problemática a respeito do poupar dinheiro, não somente, mas também, visto que há necessidade concreta de reter recursos que são adquiridos com todas as adversidades que o produtor do campo tem sido submetido, condições climáticas ou restrições bancárias.

Esse sub-tópico se fez necessário para podermos identificar e compreender as contribuições para a comunidade de Pedra Grande, e como elencado anteriormente, as contribuições perpassam desde o avanço da consciência de classe até a questão de poupança econômica. Assim percebe-se que o sub-tópico cumpriu com seu objetivo demonstrando ao pesquisador os benefícios existentes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Agente Quer Ter Voz Ativa No Nosso Destino Mandar [...] Roda Mundo, Roda Gigante, Roda Moinho, Roda Pião, O Tempo Rodou Num Instante...” Chico Buarque

A presente pesquisa teve como objetivo central identificar e compreender as contribuições do Projeto de Sementes Crioulas desenvolvido pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na comunidade de Pedra Grande, no município de Pindaí, Bahia. Como achado do objetivo central a contribuição econômica e social, visto que os moradores entrevistados da comunidade têm elevado o nível de consciência de classe sabendo qual o lado que se encontra na luta de classes, o que geralmente tem sido negado pelo conjunto da classe e dos aparelhos ideológicos.

As contribuições econômicas encontradas pela pesquisa vão para além do que os entrevistados colocaram como a economia, no sentido de poupar recurso, visto que no momento em que estão se nutrindo com alimentos saudáveis há uma diminuição da incidência de doenças, o que faz com que altere a cadeia hospitalar que é causada pelo agronegócio e financiada pelo dinheiro público, ou seja, não entra na contabilidade pública. Outra contribuição é a geração de emprego e renda, já que faz com que a família permaneça na comunidade evitando assim o êxodo rural, inchando as grandes cidades e sendo excluídas para os guetos ficando a margem da sociedade e desqualificada.

Além de realizar um enfrentamento ao modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro, que está voltado apenas para a exportação e que dificulta cotidianamente a vida dos camponeses e das camponesas, visto que existe toda a ideologia para o não enfrentamento, como por exemplo, a criminalização dos movimentos sociais (MST, MMC, MPA, MAB, LPJ) que é realizada pela ideologia burguesa nessa sociedade e que tem como objetivo influenciar na luta de classes.

O discurso ideológico pregado pela mídia burguesa tende a demonstrar que o trabalhador do campo, sua cultura e valores são menos importantes do que o construído na cidade, e a pesquisa demonstrou também que esse discurso torna-se

equivocado, porque são condições materiais diferentes e que fazem parte de um todo concreto que se complementam construídos sóciohistoricamente diferente.

No campo brasileiro existem dois projetos em disputa e os entrevistados compreendem qual o lado que os mesmos se encontram. Esses projetos que são o agronegócio, que defende apenas a questão monetária (concentração de renda e terra) sem levar em consideração os danos ocorridos ao conjunto da população brasileira, enquanto a agroecologia está baseada na democratização das terras através da reforma agrária popular, que por consequência gera emprego e renda e faz com que se desenvolva a indústria interna, além do consumo de alimentos sem agrotóxicos, evitando assim o aumento do índice de câncer na população brasileira e uma nova forma de sociabilidade entre o homem e a mulher.

Essa sociabilidade está pautada em novos valores, visto que a sociedade capitalista tem feito com que os seres humanos não estimem a solidariedade, o companheirismo, a afetividade entre outros que nos tornam mais humanos, mas para conseguirmos alcançar essa sociabilidade se faz necessário o projeto popular para Brasil, não como uma transformação etapista, mas sim como uma etapa do processo de transformação da realidade brasileira.

As limitações na presente pesquisa estão na falta de tempo necessário para apropriação dos conhecimentos – que são complexos e dinâmicos – necessários para poder realizar um estudo mais aprofundado sobre os conceitos que foram apenas elencados superficialmente, porém estarão presentes em breve na pós-graduação do pesquisador.

Assim, o estudo não se esgota neste momento, pois as contradições (no nosso caso o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e que ao mesmo tempo tem gerado doenças na população, desgaste do solo, ar e água) que são geradas pela forma de organização social que nos é colocada, ainda, não foram superadas pela classe trabalhadora. E que apenas serão superadas com a organização popular e que causará uma enorme preocupação à burguesia interna devido à legitimidade das reivindicações dos movimentos sociais.

O curso de bacharelado em administração da UNEB – Campus XII, precisa mudar os paradigmas metodológicos de educação por justamente afastar os trabalhadores e trabalhadoras do processo de discussão e construção do conhecimento acadêmico, para que assim possa produzir conhecimentos lado a lado e ombro a ombro com o povo que financia e faz com que a universidade exista, e não apenas com os interesses empresariais mercadológicos, pautados no modelo estadunidense, visto que as realidades são diferentes e que não se pode ter uma fórmula para todo o conhecimento construído e aplicá-lo. Reforçando ainda que o curso em questão está alocado dentro das ciências sociais aplicadas e faz-se necessário a construção de conhecimentos aplicados e diferenciados que não sejam apenas os mercadológicos, visto que os paradigmas para a construção de conhecimentos são distintos dos anos anteriores.

REFERÊNCIAS

ABDELNOUR. **Maio, Nosso Maio**. Direção: Farid Abdelnour. 2011. (20 min).

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Bases Científicas Para Uma Agricultura Sustentável**. – 3. Ed. rev. ampl. – São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.

ALVES, Giovanni. **O Novo E Precario Mundo Do Trabalho: Reestruturação Produtiva E Crise Do Sindicalismo**. – 1. Ed. 1 reimpressão – São Paulo: Boitempo, 2005. (mundo do trabalho).

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: Ensaio de Sociologia do Trabalho**. – São Paulo: Práxis, 2007.

ANDRIOLI, A. I. **O Fim Da Picada: Plantas Transgênicas Em Expansão Na America Latina**. In. ANDRIOLI, A. I.; FUCHS, R. (orgs). *Transgenicos a sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos*. – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ANDRIOLI, A. I. **A Monsanto E A Colonização Biotecnológica Da America Latina**. In. ANDRIOLI, A. I.; FUCHS, R. (orgs). *Transgenicos a sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos*. – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ANDRIOLI, A. I. **Muito Promessa, Pouca Efetividade: A Catástrofe Do Cultivo De Soja Transgênica No Brasil**. In. ANDRIOLI, A. I.; FUCHS, R. (orgs). *Transgenicos a sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos*. – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. – 2. Ed., 10 reimpressão. rev. e ampliada. – São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho).

ANTUNES, Ricardo. **Anotações Sobre O Capitalismo Recente E A Reestruturação Produtiva No Brasil**. In. ANTUNES, Ricardo; Silva, M. A. (orgs.). *o avesso do trabalho*. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Introdução**. In. MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital / István Mészáros; [tradução Francisco Raul Cornejo...[et al.]* – São Paulo: Boitempo, 2009. – (Mundo do Trabalho)

APARICIO, Ingrid. Et. All. **Desenvolvimento De Carreira: O Papel Das Mulheres Nas Organizações**. Artigo publicado na Revista *Cadernos de Administração*, v. 1, p. 130-148, 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publica%C3%A7%C3%B5es/marcello/14.pdf>> acesso em: 12/11/12, às 08h27min.

BARROS, G. S. C. Et. All. **Relatório Pibagro – Brasil**. Disponível em: < http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_PIB_BR_ago12.pdf > acesso em: 08/11/12, às 19h23min.

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. Vol. 1 – 3. Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

BOGO, Ademar. **Identidade E Luta De Classes**. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BOSETTI, C. J. **Movimento Das Mulheres Camponesas: Identidade, Inclusão E Projeto Político**. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional. 11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil. Disponível em: < www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a005.pdf > acesso em: 25/10/12, às 19h03min.

BRASIL. **Plano Safra Da Agricultura Familiar 2012/2013**. Disponível em: < <http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2012/06/plano-safra-2012-2013-e-o-maior-da-historia-do-pais-afirma-ministro-mendes-ribeiro-3804708.html> > acesso em: 08/11/12, às 19h36min.

BRASIL. **Agricultura Familiar Produz 70% De Alimentos Do País, Mas Ainda Sofre Na Comercialização**. Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/07/27/agricultura-familiar-precisa-aumentar-vendas-e-se-organizar-melhor-diz-secretario> > acesso em: 08/11/12, às 20h17min.

COUTINHO. **Cabra Marcado Para Morrer**. Direção: Eduardo Coutinho. 1984, 115min

COUTO, João Gilberto Parenti. **Projeto Brasil: O Resgate Da Dívida Social**. – 2. Ed. – Belo Horizonte: 2000.

CPT. **Competência Do Agronegócio É Um Mito**. Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br/node/4562> > acesso em: 17/10/12, às 08h37min.

ENGELS, Frederich. **A Origem Da Família, Da Propriedade Privada E Do Estado**. – 2. Ed. – São Paulo: Escala, 2004.

_____; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Sobre O Papel Do Trabalho Na Transformação Do Macaco Em Homem** – 1876. In. ANTUNES, Ricardo. (org.). *a dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 Anos Da Luta Pela Terra**. Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Volume 28 - nº. 1, 2 e 3 - JAN/DEZ de 2008 e volume 29 - nº 1, JAN/AGO de 2009. Disponível em: < <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpinstitutodeterras/500anos.txt> > acesso em: 27/10/12, às 10h36min.

FERNANDES, Fernandes. **O que é Revolução.** Disponível em < <http://www.casadajuventude.org.br/media/oqueerevolucao.pdf> > acesso em: 23/11/12, às 17h36min.

FUCHS, Richard. **Primeiro A Vaca, Depois Você: Ração Transgênica E Seus Efeitos Colaterais.** In. ANDRIOLI, A. I; FUCHS, R. (orgs). Transgênicos a sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos. – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** – 5° ed. 7° reimpressão – São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Almiralva. F. Et. All. **Trajetórias E Estratégias De Mulheres: Um Estudo Conquistense.** Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 69-87, janeiro-março 2009. Disponível em: < www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rege/v16n1/v16n1a05.pdf > acessado em: 25/10/12, às 18h38min.

GOMES, Almiralva. F. **O Outro No Trabalho: Mulher E Gestão.** Ensaio – administração geral. Revista de Gestão USP, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-9, julho/setembro 2005. Disponível em: < www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1809...script=sci.. > acesso em: 25/10/12, às 18h57min.

GORENDER, Jacob. **A Forma Plantagem De Organização Da Produção Escravista.**In. STEDILE, J. P. (org). a questão agrária brasileira 2: o debate na esquerda – 1960-1980. – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRANDO, José Carlos. **Sacralização do Corpo: A Educação Física na Formação da Força de Trabalho Brasileira / José Carlos Grandó.** – Blemenu: Ed. da FURB, 1996.

HIRATA, H. **Globalização E Divisão Sexual Do Trabalho.** Cadernos pagu (17/18) 2001/02: pp.139-156. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a06.pdf> > acesso em: 12/11/12, às 09h24min.

IASI, Mauro L. **Ensaio Sobre Consciência E Emancipação.** – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IBGE. **Em 2011, PIB Cresce 2,7% E Totaliza R\$ 4,143 Trilhões.** Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2093 > acesso em 16/10/12, às 21h19min.

KONDER, Leandro. **Marxismo E Alienação: Contribuição Para Um Estudo Do Conceito Marxista De Alienação.** – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto, 1926.** – Tradução de Célia Neves e Alderico Toribio, 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, Sérgio. **Introdução a Filosofia de Marx** / Sérgio Lessa, Ivo Tonet. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida.** – Rio de Janeiro; AS-PTA – Assessoria de serviços a projetos em agricultura alternativa, 2011.

MARX, Karl. **Salário, Preço E Lucro – 1898.** In. ANTUNES, Ricardo. (org.). a dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **A Assim Chamada Acumulação Primitiva.** In. O Capital. Livro I – Tomo II. – 1. Ed. – São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

MENDONÇA, S. R. **Entidades Patronais E Reforma Agrária: Do Estatuto Da Terra Ao Limiar Dos Anos De 1980.** In. STEDILE, J. P. (org). a questão agrária no Brasil 5: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964/1990. – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MMC. **A Afirmação de Muitas Histórias.** Disponível em: < www.mmcbrazil.com.br/menu/historia.html > acesso em: 26/11/12, às 08h23min.

MST. **Ligas Camponesas.** Disponível em: < http://dc173.4shared.com/doc/R-uzeyf_/preview.html > acesso em: 26/11/12 às 08h34min.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: Uma Introdução crítica** / José Paulo Netto e Marcelo Braz. – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica de Serviço Social; V. 1).

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A Feminização No Mundo Do Trabalho: Entre A Emancipação E A Precarização.** In. ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. (orgs). O Averso do Trabalho. – 1. Ed. – São Paulo: Expressao popular, 2004.

NUNES, S. P. **O Desenvolvimento Da Agricultura Brasileira E Mundial E A Idéia De Desenvolvimento Rural.** Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER. N° 157 – mar/2007. Disponível em: < <http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf> > acesso em: 29/10/12, as 09h48min.

ONU. **O Que Você Precisa Saber Sobre A Fome Em 2012.** Disponível em: < <http://www.onu.org.br/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-fome-em-2012/> > acesso em: 08/11/12, às 20h48min.

ORLANDI, Eni. P. **Análise De Discurso: Princípios e Procedimentos.** – 6. Ed. – Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego Na Globalização: A Nova Divisão Internacional Do Trabalho E Os Caminhos Que O Brasil Escolheu.** – 1. Ed. 2 reimpressão – São Paulo: Boitempo, 2005. (mundo do trabalho).

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. Brasil, 2000, 10 programas de cerca de 30 min - Direção: Iza Ferraz.

_____. **Roda Viva**. Entrevista veiculada no ano de 1995. Cap. 07

ROBIN, M. M. **O Mundo Segundo A Monsanto**. França, 2008, 108min. - Direção Marie-Monique Robin

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. – 23° ed. 5° reimpressão – São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Marco. A. T. **Trabalho Informal: Da Funcionalidade À Subsunção Ao Capital**. – 1. Ed. – vitória da conquista: Edições UESB, 2008.

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica Do Brasil – 1962**. In. STEDILE, J. P. (org). a questão agrária no Brasil 1: o debate tradicional: 1500/1960. – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997. (usada)

STEDILE, J. P. **Lei De Terras N° 601, De 18 De Setembro De 1850**. In. STEDILE, J. P. (org). a questão agrária no Brasil 1: o debate tradicional: 1500/1960. – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Programa De Reforma Agraria Do Mst, 1984**. In. STEDILE, J. P. (org). a questão agrária no Brasil 3: programas de reforma agrária: 1946/2003. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **As Tendências Do Capital Na Agricultura Brasileira**. Disponível em: < cabioufmt.files.wordpress.com/.../reflexc3b5es-sobre-as-tendc3aancia.. > acesso em: 26/10/12, às 22h23min.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana** / Ivo Tonet. – 1. Ed. – Ijuí: Unijuí, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa Em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. – São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

- 1- Caracterização Da Comunidade
 - a. Quantas Pessoas Existem Na Comunidade
 - b. Acesso E Localização Da Comunidade
 - c. Estrutura Para O Desenvolvimento Da Comunidade
- 2- A Relação Das Pessoas Com O Projeto De Sementes Crioulas
- 3- Se O Objetivo Do Projeto Está Identificado Pelos Moradores

APÊNDICE B

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM OS MORADORES DA COMUNIDADE PEDRA GRANDE

- 1- Qual O Seu Nome?
- 2- Qual A Sua Idade?
- 3- Como Você enxerga A Necessidade Do Trabalho No Campo E O Realizado Nas Cidades?
- 4- E Como É Realizado O Trabalho Na Comunidade Em Que Vive? E A Maioria Contribui?
- 5- Qual A Aceitação Da Comunidade Em Que Você Vive Com O Modelo Do Agronegócio?
- 6- Você Consegue Compreender O Que É Agroecologia?
- 7- Qual A Vantagem Econômica E Social De Participar Do Projeto De Sementes Crioulas?
- 8- Qual A Sua Concepção Sobre Movimentos Sociais Criados No Brasil?
- 9- Qual A Importância Do Movimento De Mulheres Camponesas Na Cidade De Pindaí?

ANEXO I

